

PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 20 DE JUNHO DE 2012

NÚMERO 6.429

**MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Edison Andrino

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Plínio de Castro  
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente  
Plínio de Castro - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Maurício Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Dado Cherem  
Angela Albino  
Plínio de Castro  
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Plínio de Castro  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Valmir Comin  
Sargento Amauri Soares  
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Angela Albino  
Maurício Eskudlark  
Marcos Vieira

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 066ª Sessão Ordinária realizada em 14/06/2012.....2 Ata da 018ª Sessão Especial realizada em 14/06/2012.....11</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ato da Presidência DL ..... 14 Atos da Mesa DL ..... 14 Atos da Mesa ..... 14</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissão Permanente..... ..... 16 Aviso de Licitação ..... 16 Ofícios ..... 16 Portarias ..... 18 Projetos de Lei ..... 18</p>
---	---	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 066ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2012

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Analisa a Rio+20, que se realiza no Brasil.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Ressalta que o governo federal tem dado demonstrações de como é possível aliar desenvolvimento e preservação ambiental.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Destaca a inauguração da estação de tratamento de efluentes da empresa Adami, de Caçador.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Qualifica a Rio+20 como um momento crucial para o Brasil; levanta a necessidade de mudar o foco do modal rodoviário para melhorar a mobilidade urbana.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - analisa as soluções para a melhoria da mobilidade urbana da capital.

**DEPUTADO VALTER GALLINA** (aparte) - Ressalta a necessidade da construção de modais alternativos de transporte para a Grande Florianópolis.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (aparte) - Elogia o tema levado pelo deputado Edison Andriano à tribuna.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Repudia a forma de crédito que ludibria os agricultores catarinenses.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Comenta a inauguração da empresa de papéis e embalagens Primo Tedesco, de Caçador.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Defende a manutenção do convênio do governo do estado para funcionamento do curso pré-vestibular da UFSC.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Aborda o conflito entre as Polícias Civil e Militar.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Agenor Colares Gomes, José Francisco Possamai e Paulo Custódio, de Sombrio.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO DANIEL TOZZO** - Aborda os investimentos estaduais direcionados à região oeste do estado; lamenta a não-instalação do curso de Medicina no campus de Chapecó da UFSC.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Defende a continuidade das fiscalizações efetuadas pela Polícia Militar; mostra-se favorável à

continuidade do convênio do estado com a UFSC para realização de curso pré-vestibular.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Comenta a realização de audiência pública que tratou da legislação que instituiu pensão para portadores de deficiência em SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, começou ontem e estende-se até o dia 20 um grande evento mundial, que está sendo realizado no Brasil, a Rio+20, conferência composta de dois eventos: a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que reúne representantes diplomáticos, e a Cúpula dos Povos, que reunirá organizações da sociedade civil de todas as nações e povos do mundo.

Este é um momento em que o mundo inteiro tem seus olhos voltados para o Brasil, para

o Rio de Janeiro, em função dos debates que estão acontecendo desde ontem, como já disse, e que prosseguirão até o dia 22 deste mês, quando se pretende discutir o desenvolvimento dos povos e os rumos que o mundo vai tomar.

Já foi realizado outro evento semelhante ao Rio+20 no Brasil há 20 anos, que foi a Eco 92, que ocorreu também no Rio de Janeiro. Antes disso, o primeiro evento foi realizado em 1972, em Estocolmo.

Acredito que é um momento ímpar, um momento importante de reflexões que precisam ser feitas no mundo e também no Brasil sobre qual desenvolvimento queremos, o que pensamos a respeito da sustentabilidade das políticas ambientais e, conforme diz o professor Daniel José da Silva em um artigo publicado hoje na imprensa estadual, do fortalecimento dos espaços sociais para uma governança participativa e qualificada do desenvolvimento sustentável local.

Não existe nada mais importante neste momento em construção no mundo do que as duas agendas resultantes da Rio+20: a Agenda Diplomática de Compromissos Políticos e a Agenda Cidadã de Compromissos Sociais, ambas visando a um mundo mais pacífico, mais justo e mais sustentável, conforme os termos do professor do Departamento de Engenharia Sanitária da UFSC, já citado, Daniel José da Silva.

Portanto, é um momento em que o mundo se volta para o Rio de Janeiro, volta-se para a expectativa daquilo que lá será discutido, o compromisso com a sustentabilidade do planeta.

Esta é a grande preocupação que hoje devemos ter: crescimento com a sustentabilidade. E ontem, na abertura do evento, a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, falou que o nosso país é um exemplo de que é possível crescer com sustentabilidade e que todos os países do mundo devem assumir o compromisso de proteger o meio ambiente.

Então, a expectativa é que se possa discutir a sustentabilidade do país, que os governos promovam o desenvolvimento com a efetiva participação das comunidades, da sociedade, com ações que possam demonstrar que estão preocupados com a maioria do seu povo.

Alcançar um desenvolvimento econômico com distribuição de renda e inclusão social, essa é uma grande questão! Nós já vivemos no Brasil a fase na qual se dizia que a renda não poderia ser distribuída, porque primeiro era preciso aumentar o bolo para depois dividi-lo. E ao longo da história a renda não foi distribuída, acumularam-se os problemas e as desigualdades sociais. Mas a partir da implantação de uma política diferenciada, no período pós 2003, com programas sociais de inclusão, com programas que preveem também a distribuição de renda e que procuram incluir as pessoas, vimos que a economia cresceu.

Esta é a tônica que se quer não só para o Brasil, mas para o mundo, ou seja, que haja crescimento econômico, mas também desenvolvimento e justiça social. Esse, sem dúvida nenhuma, deve ser um dos objetivos desse grande evento que está acontecendo no Brasil, a Rio+20.

Estamos com uma expectativa favorável de que esse evento possa também fixar metas a serem atingidas por todos os países na busca da sustentabilidade, da inclusão social, da correção de problemas e injustiças históricas que têm acontecido pelo mundo afora.

A participação do Brasil mais uma vez é importante, porque é um país que tem dado bons exemplos de inclusão social e de combate às desigualdades para o mundo. Embora ainda tenhamos muitas desigualdades, muitas diferenças regionais, muitos locais que carecem de um efetivo desenvolvimento, de uma inclusão social maior, nosso país tem dado passos importantes. Espero que isso continue e possamos

cada vez mais fortalecer o nosso desenvolvimento com igualdade e inclusão social.

Como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, queremos deixar registrada a nossa expectativa de que a Rio+20 seja uma conferência grande, não apenas em proporções ou participações, mas em decisões efetivas no sentido de melhorar o Brasil e o mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, complementando a intervenção do meu companheiro, deputado Neodi Saretta, sobre a Rio+20, gostaria de dizer que realmente o Brasil está dando um exemplo de sustentabilidade. A presidente Dilma Rousseff, ao fazer a abertura do evento, registrou que o crescimento econômico não pode ser feito a qualquer preço, porque não há como justificar o desmatamento, a falta de cuidado com o meio ambiente em nome do lucro, pois o crescimento tem que ser racional.

A Rio+20 está apresentando para o mundo a preocupação do governo brasileiro em atingir metas de sustentabilidade. Penso que uma das coisas importantes que temos que ressaltar é a maturidade do nosso governo ao vetar o Código Florestal Brasileiro na forma como foi aprovado, tendo em vista que anistia os grandes desmatadores do país, comparando-os, inclusive, aos pequenos produtores rurais.

Quando entramos na questão do desenvolvimento sustentável, acho que uma das coisas importantes deste país, para a qual temos que começar a olhar, além do uso racional da água, é a destinação dos resíduos sólidos.

Estivemos cumprindo uma missão na Escandinávia, juntamente com os deputados Aldo Schneider e Edinho Bez e com representantes do Ministério Público, acompanhando o Instituto Lixo Zero na Noruega, Dinamarca, Finlândia e Suécia. É impressionante o que se faz naqueles países. A cidade de Estocolmo, capital da Suécia, é chamada de Veneza da Escandinávia, cheia de canais, lagos e bacias marítimas fazendo ligação com o mar Báltico. Eram locais tão ou mais poluídos do que a baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e onde se iniciou um processo de despoluição em 1970.

Então, gostaria de saber quando vamos começar a discutir essa questão na Grande Florianópolis, a fim de resolver os problemas das baías norte e sul da capital!

O processo de recuperação do solo, retirando o lodo do fundo das bacias, levou 30 anos e hoje as pessoas pescam no meio da cidade, passeiam de barco e tomam banho nos canais de Estocolmo.

O sistema de reciclagem e reaproveitamento do lixo chega a 48% do volume. Na Grande Florianópolis não chega a 2% a reciclagem do lixo total, e ainda continuamos colocando o lixo não nos aterros sanitários, mas em lixões neste país.

Esta semana assisti a uma matéria sobre um grande lixão que existe no Rio de Janeiro, colocando como o suprassumo da tecnologia a colocação de mantas. Isso já é coisa ultrapassada, não se discute mais lá.

Para se ter uma ideia do nível de responsabilidade que há em relação à reciclagem de lixo, basta dizer que um quilo de lixo urbano equivale a oito minutos de banho com água quente, porque lá as usinas de lixo queimado servem para produzir água quente, por ser uma região extremamente fria. Então, um quilo de lixo equivale, aproximadamente, a oito minutos de banho de água quente! Quatro quilos de lixo equivalem, em energia, a um litro de combustível

que é retirado do fundo do solo! Quatro quilos de lixo equivalem a um litro de combustível em geração de energia!

Quando se entra na questão dos eletrônicos, há um dado interessante. Cada celular que é produzido no mundo desmonta, aproximadamente, 70kg de montanha. E os celulares têm as chamadas terras nobres, que são os minerais nobres. Se nós considerarmos somente o Brasil, que tem 250 milhões de celulares, considerando que cada aparelho tem uma média de 100g e que o volume de celulares por brasileiro já chegou na média de cinco, considerando-se a obsolescência dos celulares, temos uma soma de 85 milhões de toneladas de montanhas desmontadas neste mundo, o que representa 4,35 milhões de carretas de material de minério nobre para todos os celulares apenas do Brasil. Isso significa que temos que reciclar os materiais eletrônicos, mas no Brasil não se recicla basicamente nada.

Eu estou colocando esses dados porque a Rio+20 acaba sendo um grande termômetro para repensarmos o planeta e a responsabilidade que cada um de nós tem com o destino dos resíduos sólidos, que eu costumo dizer que são o luxo do lixo, porque lá eu aprendi a fazer uma análise sobre o lixo de uma forma diferenciada.

No mais, quero parabenizar a presidenta Dilma Rousseff pelo brilhante trabalho que faz à frente deste país, juntamente com a sua equipe e a nossa ministra Ideli Salvatti, e pela direção que está sendo dada na Rio+20.

Também quero solidarizar-me com o ex-presidente Lula, que ontem foi internado novamente para fazer mais uma revisão do câncer que o acometeu. Uma nova biópsia está sendo feita hoje, tendo em vista que o nosso ex-presidente passou a ter dores na garganta e esse normalmente não seria um quadro usual do ponto de vista do tratamento ao qual foi submetido.

Portanto, quero desejar ao nosso querido companheiro Lula melhora rápida, para que ele venha a fazer o que mais gosta, que é ajudar a construir a vida pública e política deste país e, principalmente, fazendo com que o Brasil que ele não conseguiu viver na sua infância seja cada vez mais sólido para os brasileiros do ponto de vista da inclusão social e da distribuição de renda.

Um abraço ao meu companheiro Lula e que Deus o abençoe! Esperamos a sua melhora rápida para que continue a ver como este país que ajudou a construir está cada vez mais respeitado internacionalmente.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é este deputado. Por isso, solicita ao deputado Jailson Lima que assuma a condução dos trabalhos, para que ele possa manifestar-se da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Srs. deputados, sras. deputadas, cumprimentamos os nossos colaboradores de plenário, as taquígrafas e o pessoal de apoio.

Como filho honorário de Caçador, convivendo há 48 anos naquela terra, tendo tido a oportunidade de, inclusive, ser prefeito, no dia de ontem tive a grata satisfação e o prazer de representar esta Casa, juntamente com o deputado Dado Cherem, na inauguração da estação de tratamento de efluentes Pierina Adami, na comemoração dos 70 anos daquela indústria do meio-oeste.

(Passa a ler.)

“A inauguração da estação marca a conclusão de uma etapa importante na história da Adami, pois passa a dar tratamento final aos seus efluentes industriais, investindo numa contribuição

decisiva para a melhoria do meio ambiente e estabelecendo a sustentabilidade da atividade da indústria cuja história funde-se com a história de Caçador. Caçador tem 78 anos e essa empresa tem 70 anos. A Adami foi construída em 1942, voltada para o aproveitamento do potencial madeireiro disponível na região, atividade na qual cresceu e continua crescendo, colocando-se como referência nos seus segmentos de atuação.

O ano de 1956 foi marcado como o da reestruturação da indústria, que passou a chamar-se Adami S/A Madeiras, e do início de um novo ciclo de investimentos voltados para a área de reflorestamento, preservação do meio ambiente e geração de energia elétrica, para consumo próprio e para comercialização.

Na década de 60, inaugurou a fábrica de pasta mecânica, destinada ao aproveitamento de resíduos de sua atividade madeireira e a instalação de equipamentos para a produção de 'papelo pinho' ou 'papelo Paraná', amplamente utilizado à época em embalagens de calçados e camisas.

A década de 70 também foi de crescimento para a Adami e foi marcada pela reafirmação da vocação da Adami para o desenvolvimento sustentável, com a inauguração da fábrica de papel utilizando aparas recicláveis como matéria-prima. A partir de material reciclado, o caminho da sustentabilidade.

Na década de 80, a Adami inaugura a fábrica de papelo ondulado, fechando o ciclo de produção. Em 1980 a prefeitura de Caçador teve a oportunidade de também participar, através de lei de incentivo à indústria, do sistema da infraestrutura para a instalação dessa grande máquina, que hoje ainda continua sendo uma das mais modernas do país.

Na década de 90, novos investimentos em máquinas e equipamentos com tecnologia de ponta impulsionaram a modernização através da inovação do processo de produção de madeira e a consequente diversificação da linha de produtos - *blocks*, *blancs*, painéis, molduras e outros -, também comercializados para o mercado externo.

Em julho de 2010 inaugura a fábrica de portas, colocando à disposição do mercado da construção civil o 'vert', produto que estabelece um diferencial em peças de acabamentos residenciais.

A continuidade dos investimentos em equipamentos de alta precisão proporcionou a otimização dos processos, a diversificação da linha de produtos e a sustentabilidade nos negócios.

A estrutura atual é composta por unidade de pasta química-mecânica, unidade de negócio de energia elétrica, unidade de negócio florestal, unidade de negócio madeireiro, unidade de negócio de papel e unidade de negócio de embalagem."

Sras. deputadas e srs. deputados, essa empresa tem demonstrado desde o seu início o quanto é importante manter o equilíbrio entre a produção e o meio ambiente. Passaram-se 70 anos e a empresa vem cada vez mais aprimorando os cuidados com a natureza, desde os primórdios do primeiro plantio no reflorestamento, preservando as áreas de florestas nativas, as nascentes, as áreas de banhado, as áreas de encosta, enfim, usando o seu comportamento legal, empresarial, inteligente para uma boa formação da matéria-prima.

Na transformação tiveram o cuidado da utilização dos resíduos, a sobra da serragem da madeira, dos pinheiros, dos pinus, enfim, da matéria-prima produzida por essa empresa.

O exemplo do famoso Vitor Adami foi seguido por Marcos Adami, irmão de Vitor, por José Adami e hoje pelo seu neto José Adami Neto, que vem, juntamente com a diretoria, com seus parentes que ainda permanecem na empresa, cada um no seu setor de trabalho, proporcionando cada vez mais desenvolvimento, oferecendo quase

dois mil empregos diretos permanentes, além dos que são gerados durante o plantio dos pinus, a limpeza etc.

Portanto, é uma empresa que orgulha Caçador e ontem tive a oportunidade de participar, juntamente com o sr. governador, da inauguração da estação de tratamento Pierina Adami. A água que entra, que é captada do rio Castelhanos, passa pelo processo de produção dentro da fábrica e quando é devolvida ao rio novamente, sai mais limpa do que quando entrou no processo de produção.

Por isso, cada vez mais me sinto na obrigação de defender quem assim procede, porque lamentamos que os dejetos da querida cidade de Caçador continuem indo para o rio do Peixe. Hoje, até a cachoeira do Tedesco a água está totalmente contaminada; somente depois, ao passar pela cachoeira, em contato com a pedra, ela começa a purificar-se novamente.

Quando entreguei a prefeitura ao sr. Onélio Menta, também entreguei-lhe um projeto pronto para o tratamento de dejetos. Ele, entretanto, disse-me que não enterraria sua administração fazendo rede de esgoto. De lá para cá muito pouco foi feito em termos de saneamento básico na minha querida Caçador.

É lamentável, mas tenho feito esse registro várias vezes e vou continuar fazendo-o para mostrar o quanto é importante ser responsável na administração de uma cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Angela Albino, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Gostaria de usar a tribuna, na manhã de hoje, para discutir um pouco esse grande evento que começou ontem, no Rio de Janeiro, que é a Rio+20, um momento em que os povos param para fazer uma reflexão em torno das ações do ser humano, principalmente em torno do futuro das gerações no planeta Terra.

A título de desenvolvimento, o ser humano tem alterado substancialmente o meio ambiente, e a Rio+20 se debruça com os técnicos e também com os agentes políticos que estão com o olhar no futuro, para falar sobre esse momento que o mundo vive, o momento crucial de ter a convicção de para qual lado se caminha.

Aqui no Brasil, em especial, temos-nos debruçado sobre isso, pois se somos um país que vive um momento de desenvolvimento, vive também importantes desequilíbrios ambientais. Mas, ao mesmo tempo, o país vive um momento especial. Tivemos agora o levantamento do menor desmatamento que já houve na Amazônia, nos últimos anos. Esse é um dado importante para nós, pois a Amazônia é um grande patrimônio da humanidade e do povo brasileiro.

Temos discutido, em âmbito federal, inclusive, as dificuldades de compatibilizar a necessidade de produzir alimentos para os povos com a necessidade de preservar o meio ambiente. E a posição que temos defendido é que entre o caminho do nada pode e o do tudo pode, há um bom senso a ser construído. Na nossa compreensão, a grande forma de proteger o meio ambiente é o desenvolvimento. Nós vemos muitas áreas empobrecidas da nossa cidade, do nosso estado, do nosso país, em que a própria miséria é uma causa importante da vulnerabilidade do meio ambiente. Portanto, atendendo ao ser humano, compreendendo o ser humano como parte do meio ambiente, como parte do que precisa ser preservado, precisamos encaminhar as ações de futuro.

É importante que todos os agentes políticos, seja do Executivo, seja do Legislativo, do Judiciário, ou mesmo as pessoas que atuam politicamente e não têm mandatos eletivos,

debruçem-se sobre esse grande tema, que é o futuro.

Na nossa concepção de futuro, a Grande Florianópolis, por exemplo, vive um grande drama na área da mobilidade urbana. É fácil reconhecer que a nossa grande tragédia é termos apenas dois modais em disputa, o modal do carro particular e o modal do transporte coletivo rodoviário.

Qualquer um que viaje para as grandes cidades do planeta tem o prazer de usar o metrô, o trem, os modais de transporte coletivo, o que inclui as hidrovias também, e o transporte marítimo.

Aqui no Brasil, e muito especialmente na Grande Florianópolis, vivemos um tempo em que somente anda de ônibus quem não consegue andar de carro. Esse processo cultural que se instalou não foi por acaso, foi ao longo de anos, de gestões que foram passando, ficando no tempo e nenhuma delas, olhando para o futuro, apontou para um modal coletivo. É claro que ninguém irá deixar de usar o seu carro se o transporte coletivo for mais caro, menos eficaz e mais desagradável de usar.

Desde a década de 50 temos investido no carro como sendo importante não somente para a nossa cultura como também para a nossa economia. Estive recentemente com um dos vice-presidentes do Partido dos Trabalhadores, Elói Pietá, que me relatava que 23% do PIB do Brasil estão ligados à cadeia produtiva rodoviária, seja a própria montadora, o fabricante do pneu, ou seja, tudo o que envolve os carros no Brasil responde por 23% da economia.

Então, foi um crime o caminho que o país trilhou, muito especialmente a partir da década de 50, quando o país abandonou, por exemplo, o modal ferroviário, que o governo Dilma tem tido a sensibilidade de trazer novamente para a pauta administrativa.

Em Santa Catarina há algumas pessoas, como o deputado Pedro Uczai, que tem trazido esse debate mais cotidianamente, mostrando que as ferrovias são um modal importante para podermos superar os grandes gargalos de mobilidade urbana em que se encontram todas as maiores cidades.

Mesmo as pequenas cidades catarinenses, se a elas chegarmos no horário de *rush*, o congestionamento é uma realidade. O aumento do poder aquisitivo da classe média do país, aliado a uma concepção de que o carro, além de fator de conforto, é também fator de ascensão social, têm levado a esse imenso crescimento da frota que certamente nos será cobrado no futuro.

Acredito que não há mais solução a não ser que construamos modais de mobilidade urbana que privilegiem o transporte coletivo, especialmente na região da Grande Florianópolis. A percepção óbvia dessa solução não se dá apenas no município, ela irá precisar necessariamente abranger a Grande Florianópolis, que hoje já abriga um milhão de pessoas e que segundo previsão de alguns institutos irá chegar a três milhões em 2030.

Esse desafio que nos está colocado é fato relevante para a qualidade de vida da população e para a economia também. Hoje a dificuldade em que se vive pela falta de mobilidade urbana já tem um impacto significativo na economia da cidade, mas muito especialmente na subjetividade das pessoas. Um amigo que mora no bairro Pantanal, recentemente ficou fora da cidade, voltou agora e fez as contas de que a diferença em termos de mobilidade urbana de dez anos para cá lhe custa uma semana de vida por ano dentro do automóvel.

Portanto, esse é um desafio que está colocado, no sentido, inclusive, de enfrentar paradigmas culturais!

Por fim, aproveitando a presença no plenário do deputado Sandro Silva, pois ontem não pude estar aqui em virtude de agenda que

precisava cumprir fora da nossa cidade, quero dizer que é uma alegria tê-lo nesta Casa. E partilhava isso no Twitter, pois finalmente vemos um homem negro assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Um feito tão extraordinário que só foi igualado pela também extraordinária Antonieta de Barros.

Seja muito bem-vindo! Gostaria de dizer, em nome do PCdoB, pois não pude fazê-lo no dia em que v.exa. tomou posse, que o nosso partido ficou muito contente, pois vê na sua posse também uma contribuição para diminuir a desigualdade inter-racial no estado de Santa Catarina.

Obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigada, sra. deputada.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andriano, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, quero aproveitar a oportunidade para dar continuidade ao tema levantado pela deputada Angela Albino, que provavelmente será um dos temas mais debatidos durante a campanha eleitoral de Florianópolis, que é a questão do transporte coletivo, da mobilidade urbana. E quero também dar, como já o fiz em pronunciamentos anteriores, a minha contribuição para esse grave problema que afeta não só Florianópolis, mas todas as cidades médias e de grande porte no país.

Mas antes gostaria de cumprimentar o deputado Sandro Silva pela sua posse, representando a região do norte do estado de Santa Catarina. Seja bem-vindo! Tenho certeza de que a sua contribuição durante este pouco tempo que passará nesta Casa será muito importante para o engrandecimento do Parlamento de Santa Catarina.

Quero cumprimentar também o deputado Valter Gallina, antigo companheiro do PMDB, engenheiro rodoviário que também tem a ver com mobilidade urbana. Gallina foi, durante oito anos, no governo de Luiz Henrique da Silveira, secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis. E foi um grande secretário, deixando na sua passagem por aquela secretaria obras importantes na área de educação, na área de saúde, do sistema viário, mas também na discussão dos problemas dos municípios que compõem a Grande Florianópolis, no que se refere ao planejamento para um futuro melhor.

Esta semana tive a oportunidade de conversar com Gallina e disse-lhe que um dos grandes problemas do PMDB na composição de seus governos é a falta de quadros competentes, especializados, e que ele é um grande quadro em engenharia rodoviária, que já tem dado muita contribuição não só quando ocupou cargos de destaque como secretário e agora como deputado, mas durante a sua carreira como engenheiro do antigo DER, atual Deinfra.

Então, meus parabéns e sucesso! Tenho certeza de que sua passagem por esta Casa apesar de pequena será marcante e daqui a pouco como muitos deputados poderão ser eleitos prefeitos, essa passagem poderá ser até o final deste mandato.

Deputada Angela Albino, tive a honra de, quando prefeito, implantar o primeiro sistema de transporte pluvial desta cidade, mais exatamente na bela Lagoa da Conceição, onde nasci. A prefeitura, através da Comcap, implantou as primeiras barquinhas, que depois se transformaram numa cooperativa de pescadores. Hoje é o único local de Santa Catarina que tem um sistema de transporte marítimo que funciona através de uma cooperativa de pescadores, levando a um lugar bucólico e belíssimo, a Costa

da Lagoa, que muitos não conhecem, mas que tem um turismo diferenciado, já que a ela não se chega a pé, somente de barco, e espero que continue assim.

Discute-se muito em Florianópolis a implantação de um sistema de transporte marítimo ligando os municípios que compõem a Grande Florianópolis à capital, principalmente Palhoça, Biguaçu e São José. Essa é uma questão viável, desde que haja a criação da região metropolitana, porque não dá para o município de Palhoça implantar um sistema de transporte coletivo marítimo sem ter a participação dos municípios de Florianópolis, São José e Biguaçu. O transporte sairá de Palhoça e irá atracar onde? Como vai ser essa integração, a discussão de tarifa? Porque não basta o barco parar embaixo da ponte, pois atracando ali será preciso um sistema integrado para levar o passageiro a outro destino.

Então, esse processo não é fácil, mas é possível e precisa haver a participação das quatro prefeituras. Não existe quem faça isso isoladamente, apesar de muito marqueteiro dizer pode fazer. Mas não existe isso isoladamente. É necessária a participação das quatro prefeituras, além dos governos estadual e federal.

O governo federal se ausentou do transporte coletivo no Brasil. O PAC, que é o maior programa de investimentos do Brasil, não trata do transporte coletivo, pelo contrário, a cada crise econômica o governo baixa o IPI sobre os automóveis, como fez recentemente, e coloca mais automóveis nas ruas das cidades, criando mais problemas para o sistema viário. Resolve-se um problema de ordem econômica, e é bom que se resolva para não gerar desemprego, mas como fica a mobilidade urbana nas nossas cidades?

Hoje li a entrevista da deputada Angela Albino sobre uma proposta para a cidade em que discutia a questão do transporte coletivo e falava da possibilidade de fazer rodízio de placas. Isso vai acontecer, não se iludam. Com a topografia que Florianópolis tem, com um morro no meio da cidade, com o sistema viário complicado no centro, com um componente ambiental difícil de resolver, que são os mangues, as dunas e as lagoas, qualquer projeto que se faça de elevados, de viadutos esbarra na questão ambiental. Não existe solução se não houver um projeto integrado envolvendo os três poderes, municipal, estadual e federal. E v.exa., deputada Angela Albino, que tem possibilidade de ser a futura prefeita, vai pegar o problema pela frente.

Tenho dito muito desta tribuna que isso tudo precisa ser discutido dentro do futuro plano diretor da cidade. A deputada também falou da questão das intenções. Não é possível que um cidadão do norte da ilha ou do sul da ilha, que necessite fazer uma consulta de viabilidade à prefeitura - e há uma intenção tanto em Canasvieiras, como no Ribeirão da Ilha -, precise ir ao Pró-Cidadão do centro para saber se pode ou não construir no seu terreno. Não se justifica no mundo moderno, com internet e facilidades virtuais, você ter que vir ao centro da cidade para fazer um questionamento à prefeitura.

E assim é com a reclamação do IPTU e com qualquer problema que se tenha com o poder público municipal e estadual, bem como com a Celesc e a Casan: sempre é preciso vir ao centro da cidade.

Então, repito, essas questões devem ser discutidas no plano diretor da cidade. Por exemplo: por que não incentivar, deputado Mauro de Nadal, dentro do plano diretor, que para as atividades comerciais e públicas essenciais para a sobrevivência do cidadão, da comunidade, seja facilitada sua instalação através de incentivos públicos nos bairros de Florianópolis? Porque eu já cheguei a uma conclusão há muito tempo, deputado Valter Gallina, de que o melhor transporte coletivo é aquele que você não precisa usar. Você sai da sua casa e ao lado dela está a

escola do seu filho, está o supermercado, a padaria etc.

Isso tem que ser discutido no plano diretor e ninguém se iluda, porque 80% do espaço físico Florianópolis estão localizados dentro da ilha de Santa Catarina e há um limite de ocupação. Quantas pessoas, deputado Mauro de Nadal, v.exa. põe dentro de uma Kombi? Oito, nove, 15? Não ponha 20 porque vai dar confusão. Quantas pessoas cabem na ilha de Santa Catarina, dentro desse espaço físico limitado, frágil ambientalmente, com complicações ambientais, com dunas, com mangues, com áreas de preservação permanente?

Equipamentos de infraestrutura que dizem respeito ao futuro do desenvolvimento desta cidade podem ser construídos dentro da ilha de Santa Catarina? Por exemplo: será que o melhor local para o futuro aeroporto é ali onde está o atual? E a futura rodoviária? Por que não começamos a pensar maior e discutir esses equipamentos essenciais para o futuro e para a estrutura funcional da cidade, a fim de manter a qualidade de vida da região da Grande Florianópolis?

Existe uma área localizada entre Biguaçu e Porto Belo, às margens da BR-101, com mais ou menos 20km de extensão até o mar, que está caindo de madura para se construir uma nova cidade, uma cidade planejada, onde possamos ter um bom aeroporto internacional, um bom atracadouro, enfim, todos esses equipamentos que complicam a mobilidade urbana.

Acontecem coisas incríveis com o poder público. Eu fui tomar a vacina de febre amarela para poder ir para Havana e fui muito bem atendido pela prefeitura municipal no centro de Florianópolis. No entanto, para pegar o resultado tive que ir ao aeroporto, senão não poderia pegá-lo. Agora veja v.exa., se o cidadão se vacina em Lages, tem que ir ao aeroporto Hercílio Luz pegar o resultado, porque lá ele não é entregue!

Deputada Angela Albino, tenho o maior carinho por v.exa., que tem uma história nesta cidade, foi vereadora, tem uma bagagem considerável, está preparada para ser prefeita. V.Exa. tem que discutir essas coisas de forma integrada. É o plano diretor, é o transporte marítimo, é metrô de superfície, que é uma realidade que não se pode abandonar; foi o governo Collor que lamentavelmente acabou com o Geipot e com a EBTU, empresas que assessoravam as pequenas cidades em termos de planejamento urbano.

O Sr. Deputado Valter Gallina - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Valter Gallina - Deputado Edison Andriano, primeiramente quero agradecer as palavras elogiosas de boas-vindas à minha pessoa, mesmo porque não esperava outra coisa de v.exa.

Com relação à mobilidade urbana, em Florianópolis passam pelas pontes Pedro Ivo e Colombo Salles 180 mil veículos/dia. Para termos uma noção da grandeza desse número, pela ponte Rio/Niterói passam diariamente 130 mil. Lá temos um conglomerado urbano de oito milhões de habitantes e aqui, um conglomerado de urbano de um milhão de habitantes. Além disso, Florianópolis tem a maior quantidade de veículos de todas as capitais, excetuando Brasília, por habitante. E é uma ilha. Então, temos que realmente trabalhar um transporte alternativo, que seja um transporte marítimo bem equacionado, bem planejado.

Como secretário adjunto dos Transportes de Santa Catarina lançamos por duas vezes a licitação para o transporte marítimo, mas infelizmente deu deserta. Por quê? Porque as empresas precisam realmente ter um subsídio, precisam da parceria tripartite: governo municipal, governo estadual e federal.

Não tenho dúvida de que um transporte alternativo como o metrô de superfície, que é um transporte moderno, vai melhorar consideravelmente a qualidade da modalidade urbana da nossa capital. E até sei que está sendo executado pelo secretário Renato Hinnig o projeto propriamente dito e também o levantamento econômico-financeiro de uma grande parceria entre os governos federal, estadual e municipal.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não, deputado.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Primeiramente quero parabenizar v.exa., que novamente traz à discussão neste Parlamento um tema muito importante, mesmo porque construir mais uma ponte, meu caro amigo, deputado Edison Andrino, não vai resolver o problema.

Em várias oportunidades discutimos aqui esse tema, mas ele não foi aprofundado neste Parlamento. Parece que esta ilha fascina, parece que todos querem vir para cá. Até os órgãos públicos querem instalar-se na ilha e não no continente, mas não se preocupam com a trafegabilidade, com a mobilidade.

E aí fiquei atentamente ouvindo v.exa., quando falava do PAC. O PAC me assusta, às vezes. Passo por Alfredo Wagner toda semana, porque não há mais voos para Chapecó, e vejo o muro de contenção que custou R\$ 9 milhões. Pasmem: R\$ 9 milhões para um muro de contenção! Daria para construir meio Tribunal de Contas! Enquanto isso, temos problemas pontuais na ilha de Santa Catarina, pois ninguém consegue mais passar a ponte, e não é resolvido o problema.

É dessa forma, nobre deputado, com colocações pontuais, colocações precisas e inteligentes como v.exa. fez hoje que vamos conseguir evoluir. Do contrário vamos ficar com o mesmo problema, andando, caminhando em círculos, sem encontrar nenhuma solução.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa. Essa é a maneira de integrarmos o oeste de Santa Catarina a Florianópolis, ou seja, através da discussão desses problemas sérios que não são somente nossos, mas de todos os catarinenses!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao espaço destinado ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero ater-me hoje especialmente a uma situação que aconteceu no Brasil inteiro, mas que em Santa Catarina sentimos de perto, sentimos na pele.

Tivemos recentemente uma reunião com rizicultores que reclamaram que produzem grande quantidade de arroz, carretas de arroz, centenas de toneladas de arroz, mas que na hora de vender, mal conseguem pagar o valor que tomaram emprestado. Ou seja, o lucro é tão pequeno que às vezes ficam até no prejuízo.

Quando viajamos pelo sul de Santa Catarina, pelo vale do rio Itajaí-Açu, pelo vale do rio Itajaí-Mirim e por diversas regiões onde há produção de arroz, ao ver a imensidão das lavouras de arroz fica-se imaginando que os rizicultores devem ter um grande lucro. De fato a produção é grande, mas o lucro é extremamente pequeno, pois quem ganha é quem vende as sementes, é

quem vende os fertilizantes, é quem vende os agrotóxicos, é o banco que financia a produção.

No ano passado os bancos receberam, em juros, R\$ 194 bilhões. Isso é um absurdo! É até difícil imaginar esse valor, mas se quisermos ter uma ideia, seria como se cada brasileiro pagasse para o sistema financeiro R\$ 1.000,00 de juros por ano!

Hoje, os comentaristas políticos publicam a movimentação dos produtores de suínos, que reclamam do prejuízo. Eles criam um número enorme de suínos para serem comercializados pela indústria, para serem exportados, mas no final ficam no prejuízo. E assim acontece também com os criadores de frango. Em suma, se olharmos toda a cadeia produtiva, especialmente o pequeno produtor, que é a grande base da produção catarinense, veremos que todos vivem no limite do prejuízo e do pequeno lucro, o que não compensa e faz com que esses agricultores abandonem a agricultura, abandonem suas atividades e desloquem-se para as cidades, pois seus filhos não acreditam que o trabalho que seus pais fazem possa garantir-lhes um futuro melhor.

O censo de 2012 mostra que aproximadamente 10,5% da população têm mais de 60 anos. E se formos procurar onde estão esses idosos, observaremos que estão na maioria das cidades pequenas, daquelas que ficam em torno das grandes cidades, das que têm mais de 100 mil habitantes. Nessas cidades, o percentual de idosos pode chegar a 20% da população, ao passo que nos maiores municípios fica entre 7% e 9%. Isso significa dizer que o produtor rural, além de estar diminuindo a sua produção, está envelhecendo, porque seu filho não vê futuro no interior e migra para as maiores cidades em busca de uma vida melhor. E quando vem geralmente encontra salário pequeno, que não passa de um ou, no máximo, dois salários mínimos ao mês, valor insuficiente para atender as suas necessidades.

Hoje, pelos meios de comunicação, vemos que o sistema financeiro vai aumentar o tempo de pagamento do cartão de crédito das pessoas físicas em até 48 vezes. Ou seja, quando o cidadão for comprar uma mercadoria por R\$ 200,00 e ver que poderá dividir em até 48 vezes, pagando mais ou menos R\$ 4,00 por mês, ele comprará, pois achará que esse valor não é nada, que se fosse comprar à vista não conseguiria. Mas ele não enxerga que agindo assim irá comprometer seu salário com R\$ 4,00 durante quatro anos e que essa não é a sua única despesa nem a sua única necessidade.

Então, temos que tomar muito cuidado quando se fala em crédito com juro especial. Se vocês perceberem, às vezes recebemos uma comunicação do funcionário do banco dizendo que normalmente o nosso juro é de 8% ao mês, mas como somos um cliente muito especial, o banco irá cobrar uma taxa especial de 7,8%. Ou seja, uma redução pequena de 0,2% e ainda gasta com os Correios para nos comunicar que somos um cliente muito especial e por isso vão cobrar 7,8% ao mês e não 8% como normalmente cobraríamos no cartão de crédito.

Então, essa facilitação do pagamento do cartão de crédito certamente vai movimentar a economia, mas vai escrivizar um grande número de pessoas inocentes, digamos assim, e vai inviabilizar a conta da sua família.

Da mesma forma está acontecendo com o crédito agrícola, que dizem ter juros baixos, mas que escravizou o agricultor de outra forma. Os produtores de cebola, por exemplo, vendem a cebola por um preço que sequer compensa fazer a colheita, mas se não colherem o prejuízo será ainda maior. Por isso, é obrigado a manter aquela atividade para pagar o crédito financiado em quatro, cinco ou seis anos.

Por isso, quero manifestar o meu repúdio a essa forma de crédito que, infelizmente,

ludibria os nossos produtores, especialmente os pequenos produtores rurais, que se endividam buscando melhores equipamentos para sua produção e acabam prejudicando ainda mais sua renda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, mais uma vez me pronuncio nesta manhã, muito satisfeito e com muito orgulho, porque ontem tivemos a oportunidade de representar esta Casa na inauguração do complexo empresarial da empresa Primo Tedesco S.A.

(Passa a ler.)

"A empresa Primo Tedesco S.A. começou a ser formada na década de 30, quando Primo Tedesco instalou, em Caçador, uma fábrica pioneira de pasta mecânica, movida por pequena turbina instalada no rio do Peixe.

Agora a indústria Primo Tedesco inaugura a mais moderna fábrica de sacos industriais de papel. O novo parque fabril da Primo Tedesco é referência tecnológica de inovação e sustentabilidade.

A Primo Tedesco produz celulose, papel craft, papel reciclado, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais. Seus produtos são comercializados no mercado nacional, no Mercosul, na América do Norte e na Europa, sendo provenientes de base florestal renovável própria, atestando que a qualidade dos mesmos está diretamente relacionada ao respeito pelo meio ambiente e, consequentemente, pelo ser humano.

Em 1939 foi constituída a empresa Primo Tedesco, origem de uma grande organização fabricante de papel e embalagens. Desde que chegou a Caçador, Primo Tedesco vislumbrou a necessidade de preservar as reservas florestais da região para suprimento de matéria-prima.

A partir da década de 50, enquanto as matas eram derrubadas, ele plantava pinheiros, tornando-se o primeiro reflorestador da região. Por isso tudo, Primo Tedesco recebeu o título de Comendador da Ordem da Árvore.

Nos idos de 1960, numa manhã, quando chegamos a Caçador, ele estava no cafezinho pegando o seu jornal do dia quando nos encontramos e ele disse: "Reno, você que estudou em escola agrícola, que gosta da atividade do reflorestamento, devia visitar o meu canteiro de uma espécie de árvores que estou introduzindo, mesmo sob crítica de alguns madeireiros de Caçador, que é o pinheiro americano."

Então, fomos visitar a sua fábrica, com um DKW Candango, um jipinho, que ele me pediu que dirigisse, onde havia um viveiro de *pinus elliotis* e *taeda*, além de plantar a nossa araucária.

Portanto, acompanhei o desempenho daquela empresa por várias décadas.

(Continua lendo.)

"As unidades de negócios da Primo Tedesco são constituídas de produção de energia elétrica, de celulose e papel, de embalagens de papelão ondulado, de sacos industriais e reflorestamento.

Além da unidade fabril de Caçador, a Primo Tedesco possui fábrica em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, e escritórios na capital gaúcha e em São Paulo."

Primo Tedesco teve como sucessor seu filho, Normando Tedesco Filho, também falecido, e hoje quem preside aquela empresa são os netos do comendador Primo Tedesco, Julio e Marco Tedesco.

Faço esse registro com muito orgulho porque a fábrica de embalagens que inauguramos

ontem, juntamente com o governador, com o deputado Dado Chereim, com secretários de estado, com autoridades, com empresários, é a mais moderna da América Latina, pois produz até 304 sacos de cimento por minuto. É uma loucura o desempenho da máquina.

É lógico que o investimento passa dos R\$ 60 milhões com todo o sistema produtivo da Tedesco. E tenho orgulho em dizer que mais uma empresa em Caçador está crescendo, está inovando e diversificando os seus produtos.

Cumprimento a direção do grupo Tedesco, todos os seus funcionários e colaboradores por aquela belíssima obra, uma fábrica que produz sacos para embalar cimento, sementes, alimentos e outros produtos.

Poderia falar um pouco mais sobre a empresa Tedesco, pois a conheço desde 1964. Em 1966 fui visitá-la em companhia do comendador Primo Tedesco, que, inclusive, foi meu padrinho de casamento, juntamente com sua esposa, dona Maria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje, no início da manhã, fiz um pronunciamento em torno de uma assunto ao qual esta Assembleia tem-se dedicado e agora vou complementá-lo.

Quero cumprimentar o presidente da comissão de Educação, deputado Carlos Chiodini, que na semana que passou realizou uma audiência pública no âmbito da sua comissão para tratar do cursinho pré-vestibular da UFSC e da sua manutenção no estado de Santa Catarina através de convênio com o governo do estado.

Essa audiência pública, sr. presidente, foi marcada pela emoção, na verdade. Mães usaram a tribuna para pedir, chorando, a reabertura desses cursinhos. Jovens pediram, também chorando, que lhes dessemos essa oportunidade. Para muitos jovens essa é a grande diferença na vida deles; para muitos jovens essa é a diferença entre poder cursar a Universidade Federal de Santa Catarina ou ficar de fora até do nível superior, porque para a maioria custear uma universidade privada é a maior dificuldade e, infelizmente, a educação pública no Brasil ainda não prepara nossos jovens para a universidade.

Estou mencionando isso porque um dos conceitos que acabaram tumultuando esse processo de compreender a importância do cursinho foi dar o nome de cursinho pré-vestibular da UFSC. E algumas pessoas, e acredito que até de boa-fé, diziam: "Mas se o cursinho é um pré-vestibular da UFSC, por que não é a UFSC que dá"?

Devo dizer, em primeiro lugar, que a UFSC é parceira, sim, e organiza o curso. E é preciso dizer que esse não é somente um cursinho para jovens empobrecidos, que não têm acesso a um cursinho privado, por exemplo. Esse é um cursinho de excelência, que tem aprovado estudantes para Medicina, Direito, Arquitetura, Jornalismo, Engenharia, ou seja, para todos os cursos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Mas, então, por que é chamado de cursinho da UFSC? Porque a UFSC, a Universidade Federal de Santa Catarina, é um centro de excelência em educação de nível superior no estado. Eu me coloco aqui como mãe, com dois filhos que estudam na Universidade Federal de Santa Catarina, um estudante de Direito e outro de Medicina, e posso dizer o quanto significa e a alegria que é ver o nosso filho naquela lista de aprovados da UFSC.

E por que é responsabilidade do estado de Santa Catarina também, e não somente? Eu concordo quando alguns integrantes da base do governo dialogam sobre esse tema e falam com razão que não é somente do estado. Acredito que as prefeituras também têm que se empenhar para construir - e vou sempre qualificar isso - não somente um cursinho, mas um cursinho de excelência para essa juventude.

É claro que eu estava nessa audiência pública como parlamentar, mas a mãe veio junto. E vendo os jovens pedindo, por favor, para estudar, sabemos o valor disso. Há tantos jovens perdidos; há tantos jovens que não querem saber nem de estudo nem de trabalho, que vivem na droga, perdidos - e há tantas misérias por aí. E vendo um jovem que quer estudar, penso que essa tem que ser uma tarefa de todos nós. Não é um cursinho da UFSC, é uma correção de rota, é assim que precisamos ver.

Infelizmente, a educação pública no Brasil não prepara como deve. E na hora em que não prepara como deve, fica um saldo para todos nós, que é providenciar uma chance para esse jovem que estende a mão.

Muitas coisas precisam ser corrigidas nesse cursinho, é claro que precisam. Por exemplo, no interior do estado temos notícias de que algumas prefeituras barganham, especialmente em anos eleitorais, vagas, e precisamos aperfeiçoar como são distribuídas essas vagas. Aliás, precisamos aperfeiçoar um sistema em que não se dispute vagas. Na última seleção que houve, no ano passado, uma enormidade de jovens ficou de fora do cursinho. Ao contrário, temos que impulsionar, facilitar. E isso, se não é dever constitucional - e não é - do estado de Santa Catarina, é uma tarefa da sociedade, e a um custo baixíssimo.

Para um estado como o nosso, que arrecada mais de R\$ 1 bilhão por mês - o Orçamento deste ano é de R\$ 17 bilhões -, o que representam R\$ 3 milhões, para durante um ano inteiro prepararmos esses jovens para poderem ter acesso à joia da coroa das vagas das universidades do estado de Santa Catarina, que é uma vaga na UFSC, na nossa universidade de excelência? Esse investimento é pouco, inclusive, perto do que se tem que fazer.

Não é obrigação constitucional, mas não é disso que estamos falando. Estamos falando de uma ferramenta que transforma a vida de milhões e que coloca esses jovens na universidade.

Ouvimos declarações, e certamente quem disse já deve ter feito a sua reflexão do quanto equivocados foi a afirmação, dizendo assim: para que ir para a universidade se podem ir para o IFSC.

O deputado Sargento Amauri Soares falava nisso na audiência, como se para os filhos dos pobres fossem designados apenas cursos técnicos e apenas os filhos e filhas das classes mais abastadas pudessem acessar a universidade.

Isso requer outra reflexão. Por que no Brasil - e é óbvio que não é privilégio de Santa Catarina - o ensino fundamental, a educação infantil e o ensino médio público têm uma qualidade inferior à do privado? E por que no ensino superior isso inverte e as nossas universidades públicas são bem melhores do que as universidades privadas?

Temos um dado com o qual poucos de nós convivem, mas que é necessário lembrar para dizer que se trata de uma construção política também.

No século XIX, o grande Machado de Assis era professor do equivalente hoje ao ensino fundamental. No Brasil, o ensino fundamental e o ensino médio público já foram de excelência, como o é hoje a universidade pública. Portanto, temos duas tarefas: a primeira é manter a universidade pública, gratuita e de qualidade; e a segunda é

aperfeiçoar a educação de nível médio e nível fundamental.

Então, até conseguimos essa que é a verdadeira tarefa que está colocada para todos nós, um ensino público gratuito de qualidade no ensino médio e no ensino fundamental, o cursinho pré-vestibular - e não somente no estado de Santa Catarina - é uma ferramenta importante e esta Casa tem-se debruçado sobre esse assunto.

Por fim, quero dizer que confio na palavra do líder do governo de que vamos conseguir resolver essa questão e que logo esses jovens estarão nas salas de aulas estudando para conseguir uma vaga na Universidade Federal de Santa Catarina.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, quero aproveitar para saudar o secretário de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira, sr. Normélio Menegazzo, nosso amigo, como também o sr. Flávio Berté, ex-secretário.

Saúdo ainda o delegado Renato Hendges, presidente da Associação dos Delegados de Polícia, e o delegado Ricardo Thomé, que se encontram nesta Casa tratando de interesses da categoria e da sua entidade.

Preocupa-me, srs. deputados, uma situação que pode gerar conflitos entre os organismos da segurança pública do estado, especialmente a Polícia Civil e a Polícia Militar, e vejo que é necessária uma ação do secretário de Segurança para a resolução do problema, que está ligado a questões legais e constitucionais.

Nós sabemos que as atribuições de cada instituição estão previstas tanto na Constituição Federal, quanto na Constituição Estadual. Algum tempo atrás tínhamos um comando em Balneário Camboriú, sobre o qual várias vezes me manifestei, pois estavam surgindo problemas todas as vezes em que a Polícia Militar passava por lá querendo fiscalizar alvará.

A Polícia Militar tem entre as suas atribuições constitucionais a preservação da ordem pública, inclusive a ostensividade. Eu tive a oportunidade de ser delegado regional em Balneário Camboriú e sempre fiz um trabalho conjunto. Quando atendíamos uma ocorrência, um distúrbio, um conflito em algum ambiente e acabávamos verificando o alvará de funcionamento, se havia alguma irregularidade, recolhíamos o alvará, no outro dia entregávamos à delegacia para que o proprietário do estabelecimento fizesse a regularização. A expedição do alvará é da competência da Polícia Civil, ao passo que a fiscalização é de todos. A Polícia Militar preserva a ordem pública. Agora, quando a Polícia Militar resolve tirar agentes públicos das ruas para fazer fiscalização de alvará, a coisa extrapola!

Presenciei em Balneário Camboriú vários momentos de constrangimento: famílias estavam em restaurantes por volta da 22h, 23h quando chegavam policiais fardados pedindo para verificar o alvará do estabelecimento. Isso é um absurdo, pois as famílias estão jantando, conversando e distraído-se.

Nesse horário queremos o policial militar nos locais onde há necessidade de ostensividade, onde é preciso fiscalização! Mas não! Eles saem da sua atividade de combate e prevenção ao crime para cobrar alvará! Mas essa não é a vontade dos policiais militares, por quem tenho todo o respeito, pois fazem um grande

trabalho. Isso é questão de comando, é o comando agindo de forma equivocada.

Quando a Polícia Civil faz sua fiscalização, vai no horário de expediente e de forma discreta vê se tudo está regularizado, e não no horário em que o restaurante está lotado de fregueses. Até porque pode-se verificar essa questão pelo sistema, não é preciso ir *in loco*, mas se vai, tem que ser num horário em que não esteja superlotado de famílias, de casais, de turistas, como é o caso de Balneário Camboriú.

Esse comando que estava em Balneário Camboriú e que lá criou muitos constrangimentos, agora começou está em Blumenau e os mesmos problemas já começaram. Chegaram com um grupo de policiais portando metralhadoras, várias viaturas, para fiscalizar alvará de estabelecimentos comerciais. Isso é um absurdo!

Primeiro começaram essas ações na periferia e agora estão fazendo no centro de Blumenau. Chegaram tarde da noite, no horário do jantar. O Dia dos Namorados foi um exemplo: quando as pessoas estavam confraternizando, entraram policiais fardados e armados para fazer a fiscalização do alvará.

Isso causou o repúdio de muitos empresários, que fizeram o registro desse abuso. A Câmara de Vereadores de Blumenau tomou conhecimento e já fez sua manifestação contra esse tipo de atitude. Tudo isso foi levado, inclusive, à Justiça e ao Ministério Público, que emitiu um parecer, da lavra do eminente promotor de Justiça Onofre Agostini, que fez um estudo a fim de que se evite esse tipo de conflito, de constrangimento.

Precisamos, sim, que a Polícia Militar continue fazendo o grande trabalho que faz, de combate ao crime, de preservação da ordem pública, de ostensividade, enfim, tudo aquilo que é necessário.

Foram encaminhadas cópias de diversos documentos, como auto de notificação, termo de interdição e termo de consentimento de ordem pública, peças que não existem no ordenamento jurídico, mas que foram criadas para notificar, para constranger. A autoridade policial, seja civil ou militar, não pode, a seu bel-prazer, criar mecanismos para constranger o cidadão. O estado tem o poder de polícia, tem que fazer a preservação da ordem pública e a Polícia Militar é importantíssima para realizar essa função, mas não pode expedir alvará e exigir que o empresário cumpra determinações que não estão previstas em lei.

Assim, sr. presidente, se essas ações não forem de imediato coibidas, se isso não for resolvido, os conflitos terão início, porque outra região também começa a praticar esse tipo de ação. Em Blumenau já houve abertura de ação civil pública, já houve abertura de inquérito policial, porque as pessoas que se sentiram vítimas de abuso de autoridade fizeram o registro, a autoridade policial adotou as providências, o Ministério Público deu o seu parecer, discorrendo sobre a competência constitucional e legal de cada instituição, e não podemos permitir que esse problema venha a se acentuar.

Quero ler para v.exas. parte da manifestação do Ministério Público Estadual.

(Passa a ler.)

"[...]

A fim de melhor compreender a celeuma a respeito das atribuições de cada polícia, é necessário esclarecer que a competência para legislar sobre a Polícia Militar é privativa da União (art. 22, XXI, da CF); já quanto à Polícia Civil, a competência é concorrente, da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, XVI, da CF).

É por isso que a Constituição Estadual trata das atribuições da Polícia Civil de forma bem específica, incluindo a fiscalização de jogos e diversões públicas.

Constata-se assim que a possibilidade constitucionalmente assegurada à Polícia Militar de

fiscalizar estabelecimentos não lhe permite a prática de atos especialmente atribuídos à Polícia Civil, de sua competência exclusiva, determinada pela Constituição Estadual. Ou seja, a Polícia Militar pode realizar vistorias e até mesmo interdições temporárias, desde que necessárias à preservação da ordem pública. Outras providências, como prazo para regularização e emissão de alvarás ou licenças, só podem ser adotadas pela autoridade competente da Polícia Civil."[sic]

Muitas vezes, essa questão acaba sendo discutida judicialmente, porque a parte que se sente prejudicada, o estabelecimento que foi fechado, impetra um mandado de segurança, mas na grande maioria das vezes, pelas provas colhidas, pelo procedimento feito, com o devido respeito ao Direito Constitucional, ao contraditório, à ampla defesa, têm-se mantido esses estabelecimentos fechados.

Então, é muito importante que haja esse respeito aos ditames constitucionais, que não se criem figuras jurídicas, constrangimentos, e que se faça um trabalho de consenso e de harmonia entre as instituições de segurança do estado de Santa Catarina.

Eu digo que essa é uma atitude isolada, é de um comando que já criou problemas em Balneário Camboriú, com ações que a comunidade não deseja.

A comunidade respeita e até idolatra o policial militar quando no combate à criminalidade, porque ele é o primeiro a chegar ao local, é o que fica na linha de frente. Agora, não podemos aceitar esse desvirtuamento de funções, como é o caso do policial militar que sai de sua atividade precipua para ir verificar, armado, alvará de funcionamento de restaurante lotado de famílias!

Temos certeza de que o secretário de Segurança Pública haverá de adotar providências para pôr fim a esses abusos. O conselho superior, através de seus delegados, já solicitou essas providências também ao delegado-geral.

É por coisas desse tipo que, muitas vezes, até os guardas municipais terminam fazendo trabalho mais ostensivo, porque alguns comandos querem tirar o policial militar da sua atribuição para fazer atividade burocrática.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero registrar a presença nesta Casa, sr. presidente, dos vereadores de Sombrio, que estão em Florianópolis para dar encaminhamento a assuntos de interesse daquela cidade. São eles: Agenor Colares Gomes, José Francisco Possamai e Paulo Custódio, que já visitaram as secretarias de estado em busca de recursos.

Sombrio recebeu um novo quartel da Polícia Militar, recebeu uma central de monitoramento por vídeo, o que irá melhorar a segurança pública de que falávamos há pouco. Com a presença do secretário César Grubba e também do coronel Marceneiro recebemos novas viaturas para os municípios da nossa região.

Então, em nome da comunidade, quero agradecer ao governador Raimundo Colombo e ao vice-governador Eduardo Moreira por essa distinção com a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Feito o registro, sintam-se à vontade na Casa do Povo, srs. vereadores!

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0135/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0175/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0291/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência defere de plano o Requerimento n. 0593/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0594/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Caixa Econômica Estadual pedindo a instalação de uma agência no município de Tangará.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0030/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Saúde, manifestando repúdio à privatização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Daniel Tozzo por até dez minutos, que permutou o espaço com o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, srs. deputados, quero agradecer ao deputado Sargento Amauri Soares pela gentileza de fazer essa permuta, pois tenho uma reunião logo após o meu pronunciamento, razão pela qual precisarei ausentar-me do plenário.

Senhores e senhoras, povo de Santa Catarina, venho a esta tribuna para registrar e deixar um abraço aos amigos e ao povo de Lages, especialmente aos estudantes da Uniplac, onde estive fazendo uma palestra no dia 31 de maio. Gostei muito do que vi, aprendi bastante e agradeço a forma como aquela cidade e a universidade me acolheram. Deixo um abraço ao professor João Küster e aos demais professores com quem conversei e debati muito.

Também quero registrar o encontro que tive no oeste de Santa Catarina, mais especificamente no município de Faxinal dos Guedes, com técnicos em agropecuária, que me apresentaram as reivindicações e os projetos que a região tem para o seu desenvolvimento, notadamente na prevenção da estiagem.



Tenho certeza de que faremos um bom trabalho juntos, mesmo porque teremos três audiências públicas para tratar disso, nas quais estaremos presentes com os demais deputados desta Casa.

Então, convido o pessoal que está envolvido com a agricultura, com o agronegócio a se fazer presentes nas audiências públicas, a fim de que possamos desenvolver seus projetos da melhor forma possível.

Ontem, falei a respeito da BR-282, da BR-470 e de outras rodovias do estado de Santa Catarina, pois identifiquei que realmente as obras estão paradas há seis meses, principalmente no município de Xanxerê, onde dez quilômetros precisam ser duplicados.

Então, esse assunto tem que ser retomado porque essas rodovias agora receberam radares que arrecadarão para a união. Mas a comunidade reclama que a rodovia não oferece segurança e os trevos são muito perigosos.

Sabemos que as rodovias estaduais também têm problemas. Mas o governo do estado implantou acesso asfáltico a todos os municípios de Santa Catarina e agora começará a recuperar as SCs.

Quero dizer ao povo de Chapecó, de Xanxerê, de Xaxim, enfim, de toda a região oeste, que vou falar com o presidente da Casan, Dalírio Beber, e tenho certeza de que ele me dará boas informações, porque precisamos saber em que pé está o grande projeto do rio Chapecozinho, que abastece toda a região. Em Chapecó existem grupos pensando o município para daqui a 30 anos e sabemos que o problema do abastecimento d'água é grande e precisa ser resolvido desde já.

A Casan tem um belo projeto que foi anunciado no ano passado. Vamos buscar informações para saber em que pé isso se encontra, a fim de levar as informações para a comunidade e cobrar esse investimento, uma vez que o abastecimento de água de Chapecó foi projetado há muito tempo. Chapecó hoje tem quase 200 mil habitantes e a seca complica muito. Sabemos que a região é produtora e a população do interior e da cidade precisa de água, bem como as indústrias. O governo está fazendo o seu papel, mas precisamos cobrar mais agilidade.

Quero registrar ainda o recebimento da edição de junho da revista da Acic, mostrando o Chapecó Multiparque. Chapecó pensa muito o futuro, o seu povo sempre tentou projetar situações para que se tenha qualidade de vida também nos anos vindouros.

Então, de fato o Chapecó Multiparque é um grande projeto, contempla pavilhões para atender às feiras, tendo em vista que é considerada a capital do turismo do negócio. Lá acontecem eventos como a Efapi, a Mercoagro, a Mercoláctea, a Mercomóveis e tantos outros. Ocorrem eventos para negócios, mas também eventos sociais, culturais. Praticamente todos os meses há grandes encontros no parque da Efapi, que já ficou pequeno.

Então, quero cumprimentar a arquiteta Márcia Damo pelo excelente projeto, que contempla até um autódromo asfaltado, e Santa Catarina precisa também disso. Chapecó, além do turismo de negócio, precisa receber o turista que busca lazer, pois assim poderemos beneficiar o setor hoteleiro, uma vez que a barragem do rio Uruguai também está desenvolvendo o turismo náutico.

Parabéns à Acic e à classe empresarial, que desenvolveram esse belo projeto. Já temos o projeto, agora nos cabe buscar os recursos e trabalhar para a execução, porque historicamente Chapecó sempre foi grande arrecadadora e merece ser contemplada, para continuar merecendo o título de capital do turismo de negócio.

Outro tema que quero abordar refere-se ao curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó. Houve uma grande

audiência pública dias atrás, da qual não pude participar porque tive alguns problemas particulares, que não cabe abordar. Mas conversando com os deputados desta Casa, soube que Chapecó perdeu, parece-me, o curso de Medicina gratuito, logo aquela cidade onde faltam médicos e onde a prefeitura tem dificuldades de contratá-los. Quando o município tem que contratar um médico, custa caríssimo. E um dos fatores que causam a falta de profissionais médicos é que os jovens saem para cursar Medicina na capital e quando se formam não retornam mais.

Conversando com o professor Luiz Alberto, da Udesc, e também com o dr. Dilmar Baretta, que é diretor de pesquisa, sabemos que a Udesc prevê a implementação de um curso de Medicina na unidade de Chapecó. Assim, se a Universidade Federal da Fronteira Sul não consegue atender a essa reivindicação da comunidade, vamos tentar trabalhar com a Udesc. Tomei a liberdade de ligar para o reitor, mas ele está na Europa; conversei com o professor Marcus Tomasi, que é o vice-reitor, e ele me disse que Chapecó, Caçador e Lages, deputado Reno Caramori, estão, sim, reivindicando a instalação de um curso de Medicina.

Pois bem, Chapecó já tem um curso de Enfermagem; há três hospitais na região: o Uniclínicas Unimed, o Regional e o de Coronel Freitas. E todo esse projeto foi levantado e defendido para que a Universidade Federal da Fronteira Sul colocasse o curso de Medicina em Chapecó. Como isso não se concretizou, vamos trabalhar para que a Udesc concretize o sonho dos chapecoenses de terem na cidade um curso de Medicina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Daniel Tozzo.

Na realidade, Caçador está solicitando também um curso de paramédicos, que não há em Santa Catarina, e há uma necessidade muito grande, a fim de que os bombeiros militares e voluntários e outras entidades tenham esses profissionais à sua disposição.

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alecs Digital e as aqui presentes nesta manhã de quinta-feira.

Tenho três assuntos para falar, mas antes quero dizer, a respeito do pronunciamento do deputado Daniel Tozzo, que estou plenamente de acordo com a necessidade e a importância da criação de mais cursos de Medicina no estado, notadamente no grande oeste, através da Universidade Federal da Fronteira Sul. Essa pode e deve ser a instituição a instalar um novo curso de Medicina, pois uma das dificuldades da saúde no Brasil é o conjunto de restrições que as corporações médicas impõem e a pressão política que fazem para que não haja a formação de uma quantidade maior de médicos todos os anos no Brasil.

Acerca do pronunciamento do deputado Maurício Eskudlark, fazendo uma avaliação crítica da atividade da Polícia Militar na realização de vistorias e licenças de alvarás em estabelecimentos comerciais - restaurantes, bares, etc. -, quero dizer que a Polícia Militar é, sim, também polícia administrativa e que isso historicamente está a cargo da Polícia Civil, apesar de não existir restrição legal para que a PM atue nesses casos.

Digo ainda que é importante que o faça, porque boa parte dos episódios de violência na nossa sociedade ocorre também pela liberalidade extremada com que se abrem e mantêm-se abertos, inclusive fora do horário legal, bares que muitas vezes acolhem práticas delituosas.

Quero abordar outros assuntos hoje e continuarei esse debate de competência, de ampliação, de busca de solução e de melhoramento da segurança pública, que tanto a nossa sociedade precisa, em outra oportunidade. Mas devo registrar que é também atribuição da Polícia Militar a polícia administrativa e a fiscalização de alvarás e licenciamentos de bares e restaurantes.

Ao caso específico que o deputado Maurício Eskudlark citou, não vou referir-me porque desconheço a situação específica. Mas a Polícia Militar pode, na minha avaliação, e deve fazer esse tipo de serviço também, até para fugirmos da ideia de que existe autoridade policial por um lado e o policial militar deve continuar sendo o guardinha da esquina, ideia essa preconceituosa, que prejudica o conjunto da sociedade brasileira. O policial militar tem que ter competência de polícia, realizar sua competência e deixar de ser aquele guardinha que até as novelas tratam de forma jocosa, apesar de todos os protestos que nossas entidades estaduais e nacionais fazem. O policial militar deve ser autoridade e não apenas o guardinha que fica na estrada esperando que uma autoridade de outra instituição venha realizar o serviço de polícia.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, falei ontem do pré-vestibular da UFSC, do corte que o governo do estado procedeu nos recursos com os quais contribuí para viabilizar, no ano passado, 3.100 vagas para que estudantes filhos de trabalhadores oriundos de escolas públicas pudessem realizar o vestibular com melhores chances de ser aprovados.

Desde 2008, ainda à época de Luiz Henrique da Silveira, o governo passou a ajudar a financiar esse curso pré-vestibular e a viabilizar sua ampliação para 29 cidades de todas as regiões do estado de Santa Catarina. Esse ano esses recursos foram cortados.

Eu fiz interrogações e quero repeti-las. A decisão de cortar, porque isso me parece que está sacramentado, por parte da secretaria de Educação, pelo menos, é uma retaliação política, porque a reitora agora é de outro alinhamento político, a reitora que foi eleita e assumiu no último mês de maio, portanto, no mês passado, é de uma instituição federal também governada por outro partido político e parte da ideologia desse espaço deve ser também espaço de recolhimento de lucros por mercadores da educação, mesmo que esses estudantes oriundos das escolas públicas não possam pagar o cursinho pré-vestibular das escolas privadas, de propriedade desses mesmos mercadores. É pressão das escolas privadas?

Essas são interrogações que ficarão. Se o governo do estado, na pessoa do governador Raimundo Colombo, dos assessores políticos mais próximos a ele, que podem, inclusive, transmitir-lhe o que estamos debatendo na Assembleia Legislativa, não mudar essa rota e essa posição, vai confirmar um equívoco político e social de grande monta.

Nós vamos discutir futuramente, mas este ano 14 mil estudantes, que têm interesse de realizar esse curso para prestar vestibular no final do ano, não podem ser prejudicados. Essa geração não pode ser prejudicada! Jovens adolescentes que querem estudar precisam do nosso aplauso e de todo o apoio.

Assim, queremos recorrer à sensibilidade do governador Raimundo Colombo para que ele avalie isso. Não pode a secretaria da Educação dizer que depende do comitê gestor porque esse comitê é formado por pessoas indicadas pelo governador. Três milhões de reais é uma ninharia diante do que se gasta com uma série de bobagens no estado de Santa Catarina.

Então, este é o nosso pronunciamento, no sentido de fazer um apelo ao governador Raimundo Colombo para que reavalié essa situação e não sacramente, não concretize esse equívoco que parece estar confirmado.

Mas quero ainda falar a respeito dos transportes. Ontem o deputado Kennedy Nunes falou no assunto na tribuna e hoje a deputada Angela Albino e também o deputado Edison Andriano abordaram a questão.

O deputado Kennedy Nunes falou de sua viagem a Europa e das diversas modalidades de transporte público coletivo que lá existem, citando o caso de um casal de noivos que após a cerimônia na igreja pegou o metrô. É outra cultura. Por quê? As pessoas já nascem diferentes? Não. Todos os seres humanos nascem exatamente iguais do ponto de vista cultural e do ponto de vista do potencial, em qualquer lugar do mundo. É porque existem políticas públicas de transporte coletivo nos países da Europa que não existem aqui. E no Brasil, pela nossa legislação, pela nossa Constituição, transporte coletivo é atribuição do poder público, especificamente do poder público municipal.

Mas, srs. deputados, ao longo da história foram privatizados esses serviços, transferiu-se para grupos empresariais privados lucrarem com o transporte coletivo. Além disso, em nosso país apostou-se e investiu-se no culto ao transporte particular, ao automóvel, evidentemente que por pressão dos monopólios empresariais automobilísticos, que não só foram incentivados a se instalar no Brasil, mas, mais recentemente, conseguiram o benefício de não pagar INSS, de não contribuir para a Previdência Social. Os monopólios da indústria automobilística não precisam pagar os 11% para a Previdência! Essa é a prova da subjugação do poder público, do governo da presidente Dilma Rousseff.

O deputado Kennedy Nunes falou em parceria público-privada, falou que o poder público investiria dinheiro no transporte coletivo através de uma PPP. Acho que tem que investir sim, mas não em PPP para ajudar esses empresários a obterem mais lucro. Tem que investir na criação de uma empresa pública de transportes. Inclusive, em algumas cidades do Brasil isso já existe e funcionando bem. Nos países onde existe o sistema público de transporte coletivo, ele funciona bem e é barato. Inclusive, é possível, é racional do ponto de vista ambiental, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social e cultural pensar em transporte coletivo gratuito, porque esses recursos que estão indo para algumas empresas acabariam ficando no comércio, girando na economia. E mesmo na atual sociedade capitalista, ainda seria racional e importante o transporte coletivo gratuito para toda a população.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Não quero polemizar, mas já apresentei nesta Casa uma indicação para que o governo do estado repasse esses recursos do convênio com a UFSC para a Udesc, que realizaria o mesmo cursinho pré-vestibular. Eu acho que é coerente a secretaria de estado da Educação repassar esses recursos para a Udesc preparar esses alunos para o vestibular.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero dizer que concordo plenamente, não importa se é a UFSC ou a Udesc que vai realizar o cursinho, porque o importante é que os jovens sejam atendidos. No entanto, para este ano já há uma estrutura montada na UFSC, que realizou o cursinho no ano passado. No mais, estou plenamente de acordo com v.exa. e aplaudo o seu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da nossa TVAL e Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna na manhã desta quinta-feira para comentar, deputado Reno Caramori, v.exa. que preside esta sessão, a audiência pública por mim proposta na comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Nessa audiência pública estiveram presentes o presidente da Federação das Apaes de Santa Catarina, sr. Júlio César de Aguiar; o secretário de estado da Administração, sr. Milton Martini; a presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, sra. Rose Bartuchski, e a Procuradoria-Geral do Estado, na pessoa do procurador Ricardo Della Giustina.

Srs. deputados, vou expor basicamente a essência dessa proposição, sabendo que se trata de matéria que mexe com a questão tributária e sabendo do problema do vício de origem, uma vez que se trata de matéria da competência exclusiva do Executivo. No entanto, estamos oportunizando o debate para que possamos sensibilizar o governo, a fim de atender a uma demanda reprimida de centenas de famílias que estão excluídas do abono estadual.

(Passa a ler.)

"Tomamos a iniciativa de promover essa audiência com dois pensamentos básicos: o primeiro, fundamental, de ordem técnica - é preciso que façamos um debate amplo e aprofundado sobre o que determina a Lei n. 7.702, de 1989 (que foi modificada pela Lei Complementar n. 421/2008), que instituiu a pensão mensal aos portadores de deficiência mental severa, definitivamente incapazes para o trabalho, cujos pais, tutores ou curadores, responsáveis por sua criação, educação e proteção, que residam no estado há pelo menos dois anos, auferirem renda inferior ao valor de dois salários mínimos ou sucedâneo.

A análise técnica mais aprofundada dessa matéria tem a finalidade de dar mais clareza à questão, já que existem controvérsias e interpretações até equivocadas particularmente quanto ao valor real e às condições do benefício. Percebemos que pela falta de melhor entendimento técnico sobre o que realmente dita a legislação, inúmeras pessoas estão deixando de ser beneficiadas e sequer tomaram qualquer iniciativa nesse sentido.

Por isso, é preciso estabelecer com precisão o que realmente prevê a legislação; que aspecto dessa legislação não estaria suficientemente claro e o que realmente quer dizer; avaliar se eventualmente, apesar do nobre propósito na legislação em tela, não teria havido algum item equivocado.

O segundo pensamento básico que também norteou nossa iniciativa tem a ver com o profundo alcance social da medida da matéria em questão. Entendemos que nenhuma legislação pode ser mais importante do que aquela que tem como foco central o que de mais precioso existe - o ser humano. E nesse caso o ser humano envolvido numa condição difícil, às vezes até dramática, quando da presença de algum familiar - muitas vezes o filho - padecendo de um mal tão lamentável.

A existência desse fato já é naturalmente penosa para os familiares, que têm de aceitar e conviver com a triste realidade. E a situação se torna ainda mais grave e mais dolorosa quando a família ou o eventual tutor ou curador não dispõe de recursos financeiros. Na verdade, transforma-se em sofrimento em cima de sofrimento.

E é exatamente esse viés que nos moveu nessa audiência. Nosso foco central é o ser humano, a pessoa em uma situação que exige de todos nós profunda compreensão e espírito público. Não se trata de simplesmente fazer caridade; trata-se de resgatar a dignidade humana, de proporcionar, pelo menos, aos nossos irmãos as mínimas condições de existência que, por detalhes às vezes meramente técnicos, eles deixaram de usufruir.

Estou profundamente convicto de que a presente audiência abrirá novo horizonte para essa questão e para inúmeras famílias. Estou convicto também que esse debate e suas conclusões encontrarão total acolhida por parte do governo do estado que, inegavelmente, tem sido sempre sensível e aberto aos pleitos mais prementes da população deste estado."

Sr. presidente, tive a oportunidade de conversar com o presidente Gelson Merisio, que se mostrou sensível e parceiro a essa proposição; conversei também com o apaeano, pai das Apaes, ex-deputado desta Casa, o conselheiro Julio Garcia, que foi o proponente da lei que destina 1% do Fundo Social para as Apaes, que também se mostrou disposto a trabalhar neste sentido; conversei com o secretário de Administração, Milton Martini, e estive também com o governador do estado, que se mostrou muito interessado em ajudar a resolver essa situação.

Imaginem uma família que tem um ente, um cidadão com deficiência mental severa, com incapacidade total para o trabalho, é uma situação terrível. Sempre tenho dito que Deus dá o fardo para quem pode carregar, mas é muito difícil para a família, porque é trabalhoso e dispendioso.

Do presidente da fundação ouvi o relato de que lá no oeste há um cidadão com 100 anos com deficiência severa e com incapacidade para o trabalho. Quanto uma família gasta para manter uma situação dessas, para dar um pouco de dignidade a essa pessoa?

O que ocorre é que a legislação está inadequada, porque para o cidadão ter direito ao benefício sua família tem que ter uma renda familiar de até 1,999 do salário mínimo, porque se chegar a dois salários estará fora do sistema, não será agraciado com o abono de R\$ 550,00 mensais, que é pouco, é insuficiente, mas é necessário. Há uma estimativa de que aproximadamente 1.300 ou 1.400 famílias estão desassistidas dessa condição, desse abrigo por parte da legislação.

Sabemos que essa ação deve gerar impacto financeiro junto ao Executivo, mas com a compreensão do governador, que se mostrou extremamente sensível ao nosso apelo, poderemos fazer a adequação da legislação, permitindo a inclusão de famílias que até hoje estão ao desamparo do estado.

Quero agradecer à presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, deputada Luciane Carminatti, e ao deputado José Nei Ascari, presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que em suas respectivas comissões colocaram sua equipe à disposição do público que esteve presente; agradeço ainda à assistente social Luciana Maragno, que nos procurou há quase um ano para trazer-nos essa reivindicação.

Esperamos, sr. presidente, obter êxito junto ao governo, para que possamos realmente promover justiça às famílias e aos portadores de deficiência mental severa.

Por fim, gostaria de saudar o vereador Ronaldo Fornazza, de Braço do Norte, e também Willian Bonassa, de Siderópolis, e Giliard Cesconetto Gava, de Nova Veneza, que nos prestigiam neste Parlamento.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Deputado Valmir Comin, v.exa. tem toda razão, porque essa lei foi sancionada pelo governador Antônio Carlos Konder Reis, mas é preciso que seja readequada à realidade atual.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 17h, destinada à outorga da Medalha Anita Garibaldi ao ministro do STJ, Francisco César Asfor Rocha.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 018ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

#### EM HOMENAGEM AO MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA DO

#### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

##### Sumário

**MINISTRO JORGE MUSSI** - Procede à leitura de carta endereçada ao ministro Cesar Asfor Rocha.

**MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA** - Agradece as homenagens recebidas.

**GOVERNADOR RAIMUNDO COLOMBO** - Refere-se à condecoração do ministro com a medalha Anita Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados membros da Mesa, Jailson Lima e Reno Caramori, para que recepcionem as autoridades que farão parte desta mesa e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Cláudio Barreto Dutra;

Excelentíssimo senhor ministro do Superior Tribunal de Justiça, Francisco César Asfor Rocha;

Excelentíssimo senhor ministro do superior Tribunal de Justiça, Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, corregedor do STJ eleito;

Excelentíssimo senhor procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, Liu Marcos Marin;

Excelentíssimo senhor coordenador do livro editado em homenagem ao ministro Francisco César Asfor Rocha, ministro do STJ Jorge Mussi;

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Florianópolis, Dário Elias Berger;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, desembargador Luiz César Medeiros;

Excelentíssima senhora presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino.

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação deste presidente e do excelentíssimo sr. desembargador Cláudio Barreto Dutra, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem ao ministro do Superior Tribunal de Justiça César Asfor Rocha, e para a outorga também da Medalha Anita Garibaldi pelo excelentíssimo governador João Raimundo Colombo.

A seguir, teremos a execução do Hino Nacional pela banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Almir José da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

Convido também para compor a mesa o excelentíssimo presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro César Filomeno Fontes;

Com grande alegria, em nome desta Casa e de todos os moradores de Santa Catarina, desejo destacar as ilustres presenças das seguintes autoridades:

Excelentíssimo ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Sebastião Alves dos Reis Júnior;

Excelentíssimo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Soares Martins;

Excelentíssimo ministro Ricardo Villas Bôas Cuevas;

Excelentíssimo ministro Raul Araújo Filho;

Excelentíssimo ministro Napoleão Nunes Maia Filho;

Excelentíssimo ministro Luis Felipe Salomão;

Excelentíssimo ministro Antônio Carlos Ferreira;

Excelentíssimo ministro Adilson Vieira Macabu;

Excelentíssimo ministro Marco Aurélio Bellizze de Oliveira.

Da mesma forma saúdo, em nome do nosso presidente do Tribunal de Justiça, todos os desembargadores que aqui se fazem presentes e todas as demais autoridades que já foram ou serão nominadas pelo protocolo.

Neste momento convido para proceder ao lançamento do livro *Estudos Jurídicos em Homenagem ao Ministro Cesar Asfor Rocha*, o exmo. senhor Jorge Mussi, ministro do Superior Tribunal de Justiça, coordenador da obra.

O SR. MINISTRO JORGE MUSSI - Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Gelson Merisio;

Excelentíssimo senhor governador do estado João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor desembargador presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Cláudio Barreto Dutra, e ao cumprimentá-lo o faço de maneira extensiva e prazerosamente a toda a magistratura do estado;

Excelentíssimo senhor ministro do Superior Tribunal de Justiça, o nosso homenageado, Francisco Cesar Asfor Rocha, ministro eleito e ontem aprovado por unanimidade no senado na comissão de Justiça como novo coordenador corregedor do CNJ, Francisco Cândido de Melo Falcão Neto;

Excelentíssimo senhor ministro Humberto Martins;

Excelentíssimo senhor ministro Napoleão Luiz Maia Filho;

Excelentíssimo senhor ministro Luis Felipe Salomão;

Excelentíssimo senhor ministro Raul Araújo;

Excelentíssimo senhor ministro Antônio Carlos Ferreira;

Excelentíssimo senhor ministro Ricardo Villas Bôas Cuevas;

Excelentíssimo senhor ministro Sebastião Reis Júnior;

Excelentíssimo senhor ministro Marco Aurélio Bellizze;

Excelentíssimo senhor ministro Adilson Vieira Macabu;

Excelentíssimos ministros de ontem, de hoje e sempre, senhores Hélio de Melo Mosimann e Paulo Benjamin Fragoso Gallotti; (Palmas)

Quero saudar o procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, dr. Liu Marcos Marin, autoridades presentes, presidente do Tribunal de Contas, presidente do Tribunal Regional Eleitoral,

sr. prefeito municipal, sra. procuradora, senhores advogados, meus senhores e minhas senhoras.

Não vou fazer um discurso, vou fazer a leitura de uma carta endereçada a um juiz humano e garantista. Ela foi subscrita pelo ministro Luis Felipe Salomão e por mim no dia 22 de maio passado, o dia em que o ministro Asfor Rocha completou 20 anos como magistrado do Tribunal da Cidadania.

Esta carta tem um pensamento que foi inspirado na obra de Hélio Tornaghi.

(Passa a ler.)

"A grande aspiração do jurista é a Justiça. O legislador busca traduzi-la em fórmulas; O jurista a estuda, esquadrinha, investiga, sonda; o juiz, mais que qualquer outra pessoa, é quem a realiza.

Na verdade, os homens dependem mais do juiz que do legislador. É utilíssimo para um povo ter boas leis; mas é melhor ainda ter bons juízes.

O bom juiz resiste às leis manifestamente iníquas, corrige as imperfeitas, dá polimento e vida às excelentes e põe em prática a norma que se aproxima do ideal. E, sem arranhar as garantias do jurisdicionado, encontra meios de fazer justiça.

No apogeu da sua força intelectual e criatividade do seu espírito inovador, o ministro Cesar Asfor Rocha chega aos 20 anos de exercício altivo da magistratura no Superior Tribunal de Justiça.

Não por acaso, quando publicou o livro *Cartas a um jovem juiz*, o subtítulo da obra demonstra sua visão de magistrado: cada processo hospeda uma vida.

A história do ministro Cesar na mais alta Corte de interpretação do direito federal em nosso país se confunde com a trajetória do próprio 'Tribunal da Cidadania'.

Corria o ano de 1992 (maio foi o mês de sua posse), o Brasil e o mundo fervilhavam de acontecimentos, o Rio de Janeiro sediava a histórica conferência sobre o meio-ambiente, a Eco 92, o Brasil perdia uma referência na política - pois faleceu Ulysses Guimarães -, e o Superior Tribunal de Justiça iniciava a jornada de uniformizador da legislação infraconstitucional, lapidando a interpretação, por exemplo, do então ainda jovem Código de Defesa do Consumidor, nos idos de 1990.

Cesar Rocha foi o único, dentre os juízes da Corte, a ocupar todos os cargos e funções destinados aos membros do Superior Tribunal de Justiça: presidente e vice-presidente do tribunal e do Conselho da Justiça Federal, onde foi também coordenador-geral (hoje corregedor); diretor do Centro de Estudos Judiciários, da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e do Colégio de Corregedores Federais; diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados (ENFAM); diretor da Revista; presidente de todas as comissões permanentes; conselheiro do CNJ e corregedor nacional de Justiça; ministro do Tribunal Superior Eleitoral e corregedor-geral eleitoral, além de dirigir a Escola Nacional Eleitoral, sendo, ainda, presidente da Comissão Conjunta dos Conselhos e Tribunais

Europeus e Ibero-americanos, que reúne 41 países.

Até os dias de hoje, foi o ministro que mais julgou na história do tribunal (mais de 140 mil processos, como relator, mais de 400 mil como vogal), além dos 4.001 julgamentos no TSE e 2.795 no Conselho Nacional de Justiça, e o que mais teve colegas no Tribunal (87 dos 96 ministros e desembargadores convocados que integraram ou ainda integram a Corte).

Além de magistrado, Cesar Rocha é mestre em Direito; professor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Ceará, onde lecionou direito civil por mais de duas décadas; Doutor *honoris causa* da Universidade de Fortaleza; membro da Academia Cearense de Letras e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas; autor de vários livros jurídicos e literários e, ademais, compositor de muitas letras de músicas, inclusive tendo Fagner como parceiro.

Na presidência do Superior Tribunal de Justiça, foi o visionário que implantou o processo eletrônico e conseguiu 'virtualizar' todos os autos que estavam e chegavam ao tribunal. Hoje uma realidade, o Superior Tribunal de Justiça foi o primeiro tribunal do mundo a acabar com o papel, vencendo resistências, descrenças e indiferenças, internas e externas, e o ministro Cesar Rocha conquistou, pelo seu entusiasmo, a adesão dos demais ministros e servidores.

Acompanhamos muito de perto, muito próximos, seu incansável trabalho na Presidência (começava às 8h e nunca terminava antes das 22h), quando implantou inovações do mais alto significado estratégico, dinamizando com maior equilíbrio os recursos da instituição.

Com ele aprendi e aprendemos todos muitas lições.

Ele sempre afirma que o tribunal não é o marco de chegada, mas ponto de partida para uma nova vida que se inicia com a investidura no cargo, a exigir muito trabalho, dedicação e renúncia.

Lembra constantemente que o bom juiz é, acima de tudo, leal para com os colegas.

É humano e garantista, pois acredita na Justiça como aquela estrela do poeta, linda e próxima, que sempre perseguimos, mas nunca conseguimos alcançar. A perfeição não é coisa deste mundo.

Suas palavras e sua maneira de agir confirmam outro trecho da obra-prima de Tornaghi:

'A idolatria da lei pode obcecar o julgador. Há duas maneiras de conceber a função do juiz. A primeira é a descrita com tanta finura por Kantorowicz em sua magistral obra *A Luta pela Ciência do Direito* e reproduzida mais tarde pelo eminente Calamandrei em várias de suas obras. É a do juiz funcionário público, armado com aquela máquina de pensar que o prende aos grilhões da letra estreita da lei. Diante de cada caso, ele aperta os botões do mecanismo e descobre a solução dada pelo legislador, sem precisar ter em conta as circunstâncias do caso concreto. A segunda é a do juiz que sente e pensa como qualquer pessoa normal, que não é peça de uma engrenagem, que vivifica a lei como o oxigênio da realidade.'

E o magistrado Cesar Rocha, do alto dos seus 20 anos na Corte, aremata em sua obra destinada aos jovens magistrados: '...o que pretendo fixar é tão só que as leis sempre precisam ser compreendidas no contexto humano a que se destinam, pois foram elaboradas para produzir felicidade e não injustiça, para promover o bem comum e não a frustração coletiva.'

Por isso cada minuto dessa trajetória valeu a pena!

Sr. governador, srs. deputados, insígnies magistrados, autoridades aqui presentes, outorgar ao ministro Cesar Rocha a Medalha Anita Garibaldi, maior condecoração de Santa Catarina, ganha relevo por trazer o nome da figura mais destacada

de nossa história, mulher extraordinária que antecipou, em mais de um século, o engajamento feminino em movimentos de emancipação e valorização e, sobretudo, em lutas libertárias que, no caso dela, ultrapassaram as fronteiras nacionais, atraindo para si o glorioso epíteto de 'heróina de dois mundos'.

Seu nome por si só é engrandecedor desta maior condecoração.

Mas não precisamos dizer, ministro Asfor Rocha, para expressar a honra que, nós catarinenses, sentimos ao lhe entregar tão alta distinção."

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Neste momento teremos a cerimônia de outorga da Medalha Anita Garibaldi conduzida pelo mestre de cerimônias do governo do estado de Santa Catarina, sr. Luiz Roberto Damiani.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Luiz Roberto Damiani) - Dando continuidade, daremos início aos atos de outorga da Medalha do Mérito Anita Garibaldi ao excelentíssimo ministro do Superior Tribunal de Justiça, sr. Francisco Cesar Asfor Rocha.

Senhoras e senhores,

A Medalha do Mérito Anita Garibaldi, instituída pelo Decreto n. 110, de 4 de abril de 1972, com as alterações dos Decretos n.s: 289, de 16 de julho de 1991, 7.245, de 9 de março de 1979, 4.579, de 21 de julho de 2006, todos revogados pelo Decreto n. 484, de 1º de setembro de 2011, é destinada a laurear pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras, que, no campo de suas atividades, tenham se distinguido de forma notável e relevante, contribuindo direta ou indiretamente para o engrandecimento do estado de Santa Catarina e do povo barriga-verde.

Nesta oportunidade, o governo do estado de Santa Catarina distinguirá com esta honraria o exmo. sr. ministro do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Cesar Asfor Rocha, pelos relevantes serviços prestados ao estado catarinense.

Senhoras e senhores,

Convidamos neste momento o homenageado desta tarde a se posicionar no local previsto pelo cerimonial.

Cesar Asfor Rocha nasceu na cidade de Fortaleza no dia 5 de fevereiro de 1948. Bacharel e mestre em Direito, tem o título de Notário Saber Jurídico e de Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Ceará, onde lecionou por mais de duas décadas Direito Civil.

É Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Fortaleza e membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Cearense de Letras.

É ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 22 de maio de 1992, tendo, portanto, completado este ano 20 anos de judicatura no Superior Tribunal de Justiça, sendo o primeiro do STJ a alcançar essa marca, e a se tornar o decano da Corte.

É o único ministro a ter ocupado todos os cargos e funções destinados aos membros do STJ, destacando-se: presidente e vice do Tribunal e do Conselho de Justiça Federal; diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados; corregedor nacional de justiça; ministro do Tribunal Superior Eleitoral e corregedor-geral eleitoral; presidente da comissão Conjunta dos Conselhos e Tribunais Europeus e Ibero-americanos, que reúne 41 países.

É o ministro que mais julgou na história do Tribunal. Proferiu mais de 140 mil decisões, como relator, mais de 500 mil, como vogal. Além dos 4.001 no Tribunal Superior Eleitoral e 2.795 no CNJ. O que mais teve colegas no Tribunal, 87 dos 96 ministros e desembargadores convocados que integraram ou ainda integram a Corte e o que

mais participou de formação de lista para ministro, ao todo 50.

Autor das seguintes obras relacionadas ao campo jurídico: Clóvis Beviláqua; Clóvis Beviláqua em Outras Palavras; A Luta pela Efetividade da Jurisdição; Cartas a um Jovem Juiz; Breves Reflexões Críticas sobre a Ação de Improbidade Administrativa; Ementários; Palavras Escolhidas.

Como co-autor, colaborou com os livros: Direito e Medicina - Aspectos Jurídicos da Medicina; O Novo Código Civil - estudo em homenagem ao professor Miguel Reale; Comentários à Nova Lei do Mandado de Segurança.

Fez conferências em todos os estados brasileiros e no exterior, nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Líbano, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, San Salvador, Turquia, Uruguai e Venezuela.

Foram lançadas três obras em sua homenagem: Estudos Jurídicos em Homenagem ao Ministro Cesar Asfor Rocha, em três volumes; Estudos de Direito Constitucional - Teoria da Constituição; Direitos Fundamentais e Jurisdição e Estudos Contemporâneos de Direito Público.

Recebeu dezenas de condecorações pelo Poder Judiciário, Legislativo e Executivo. Sendo cidadão honorário de sete estados e de vários municípios.

Convidamos, neste momento, o excelentíssimo governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo, para condecorar com a Medalha do Mérito Anita Garibaldi, maior honraria de Santa Catarina, o excelentíssimo ministro do Superior Tribunal de Justiça Francisco Cesar Asfor Rocha.

(Procede-se a condecoração.)

(Palmas)

O governador entrega também o decreto e o diploma alusivo à outorga da medalha do mérito e também uma réplica da fachada da casa onde Anita Garibaldi viveu em Laguna, sul do estado de Santa Catarina.

(Procede-se a entrega do diploma e do decreto.)

(Palmas)

Convido o excelentíssimo sr. ministro do Superior Tribunal de Justiça Cesar Asfor Rocha para fazer uso da palavra.

O SR. MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA - Excelentíssimo sr. Gelson Merisio, eminente presidente desta Assembleia Legislativa; eminente governador do estado de Santa Catarina, em nome de quem me reporto a todos os integrantes do Poder Executivo; eminente desembargador Cláudio Barreto Dutra, presidente do egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina e em seu nome dirijo-me aos desembargadores aqui presentes e a todos os magistrados; eminentes autoridades já nominadas - e a estas aposto o eminente senador Jorge Bornhausen -; senhoras e senhores.

Recebo com muita honra, governador Raimundo Colombo, esta Medalha Anita Garibaldi, com que o Povo e o governo de Santa Catarina distinguem as pessoas que, segundo o seu criterioso juízo, contribuíram, direta ou indiretamente, para o engrandecimento deste estado; agradeço, governador Raimundo Colombo, penhoradamente, a v.ixa. e aos ilustres membros do Conselho da Comenda, a magnanimidade de suas considerações, que os levou a verem em mim merecimento tão elevado e, por generosidade ímpar, me incluíram entre os que merecem essa nobre insígnia: não me esquecerei jamais desse gesto tão largo e de tão amplo significado para mim e para a minha família.

As distinções honoríficas são espécies de honraria que não se postula, reconhecimento que não se reclama, mas que nos enche de ufania e mesmo de orgulho, quando nos chegamos, como

essa que agora recebo, das mãos honradas de um governador operoso e respeitado, numa terra de celebrações da natureza e da cultura, onde os vieses históricos de nossa formação política produziram episódios memoráveis, geraram homens e mulheres de fibra indômita, dos quais o nome tutelar desta comenda é um símbolo na sua síntese maravilhosa.

Nesta seara de pessoas excelsas, sr. governador Raimundo Colombo, o meu generoso destino me deu amigos fraternais, destacados pela grandeza de almas e pelas qualidades cívicas: quero mencionar com alegria os nomes do ministro Hélio Mosimann, que encontrei ao chegar no STJ nos idos de 1992 e com quem firmei uma sólida amizade; do ministro Paulo Gallotti, a quem me ligam laços afetivos e fortes, consolidados em convivência harmoniosa e produtiva. Deixei por último o ministro Jorge Mussi, um amigo de infância que ganhei no auge da minha vida, que se fez companheiro constante e partícipe de minhas reflexões mais demoradas. Um homem sábio com quem cotidianamente aprendo em longas caminhadas, que sutilmente me ensina com a modéstia como se estivesse aprendendo; que enxerga a floresta sem perder a sensibilidade para perceber a singularidade de cada árvore; que cuida de cada árvore guardando a dimensão da floresta em que ela está inserida. Difícil arte essa, de dominar o conteúdo e o continente, só reservada aos grandes líderes. E, agora, este querido amigo dá a mais evidente demonstração de ser um homem generoso, atribuindo a mim palavras, virtudes e qualidades que, real verdade, não tenho a felicidade de possuí-las.

Esta comenda, sr. governador, recorda-me a figura legendária de uma mulher guerreira e romântica, movida pelas paixões do seu amor, de quem os meninos brasileiros ouvem falar desde os bancos escolares do antigo curso primário, com admiração fascinada e carregada de emoção: Anita Garibaldi é da tempera das mulheres bravas, da estirpe notável de Maria Quitéria de Jesus, a jovem que em disfarce masculino e sob o nome de Soldado Medeiros, alistou-se voluntária nas tropas que, na velha Bahia, combateram contra o domínio colonialista português.

Ao falar da heroína catarinense Anita Garibaldi, dirijo-me mais aos de fora que estão aqui, porque sei muito bem que o que sobre ela eu falar para os catarinenses todos já saberão. A heroína catarinense Anita Garibaldi é um exemplo singular na nossa história, pela sua bravura feminina e pela sua valentia de mulher que soube quebrar os limites e os estereótipos do seu tempo, e envolver-se em batalhas decisivas pelos seus ideais de liberdade, tanto aqui no solo brasileiro, como na Itália, nas lutas renhidas que culminaram com a unificação do território que hoje compõe a República Italiana; lá, senhores, Anita Garibaldi é também reverenciada, erguendo-se um monumento equestre onde está o seu túmulo.

É muito importante, governador Raimundo Colombo, relembrarmos que a Itália era, naquele tempo, uma pluralidade multiforme de estados, uma verdadeira colcha de soberanias locais e contrapostas, muitas vezes empenhadas em lutas vãs e guerras fratricidas, enquanto os seus vizinhos, há muito tempo, já haviam superado a pulverização feudal e criado estados nacionais territorialmente vastos, com governos imperiais centralizadores, ideal que fora acalentado por Maquiavel, muito antes, quando imaginou, ainda no século XVI, a figura de um príncipe que simbolizasse a união e a força desses microestados italianos.

Os episódios da vida de Anita Garibaldi devem ser sempre recordados, para nunca se apagarem da nossa memória, porque na sua breve grande vida de apenas 27 anos, pode criar para nós todos um padrão de devoção às causas abraçadas, que ainda hoje em dia nos parece da mais alta elevação e de nobreza certamente

inexplicável, se for medida pelo metro das coisas comuns ou corriqueiras: é exatamente isso que faz de Anita Garibaldi a figura exponencial e extraordinária que ocupa com destaque largas páginas da gloriosa história do Brasil.

Ana Maria de Jesus Ribeiro da Silva era catarinense de Laguna, onde nasceu em 1821, no apogeu, portanto, dos movimentos nativistas que levaram à Independência do Brasil em 1822 e ao Primeiro Reinado, com grandes oposições internas que foram duramente esmagadas por Pedro I, como a Confederação do Equador que ensanguentou o nordeste do Brasil, com manchas e contramanchas políticas e militares, que produziram a vastidão do nosso país, evitando a fragmentação do nosso espaço em repúblicas menores, como aconteceu aos nossos vizinhos e irmãos da América Espanhola.

Mas voltemos a Anita: já em 1835, com pouco mais de 16 anos, está envolvida com o combatente italiano Giuseppe Garibaldi na Revolução Farrapilha, que sacudiu o sul do Brasil em peripécias guerreiras, por mais de longos 10 anos, na conflagração que empolgou a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com propósitos republicanos e mesmo separatistas, sob o comando do líder político e militar Bento Gonçalves, justamente reverenciado como um dos mais importantes de nossa evolução política.

Essas lutas nacionais, como se sabe, se espalharam como um rastilho de pólvora pela região, provocando eclôsões armadas em muitas guarnições militares, algumas hostis e outras leais ao Império e ao Imperador, mas em todas se constatando um agudo sentimento patriótico e brasileiro, que nos ficou como herança magna desses belicosos de fundação do nosso país.

Apaziguados os ânimos e integrados os revoltosos à comunhão nacional, para usar essa expressão com que o Duque de Caxias denominou a então nascente soberania da Coroa sobre todas as províncias do jovem Império Brasileiro, pode a nossa raça se dedicar à construção do país, desenvolvendo, logo a seguir, as políticas de colonização interna, com o valioso aporte de contingentes migratórios estrangeiros, sobretudo nas décadas iniciais do século XIX, do que a terra catarinense foi destinatária.

A presença histórica de Anita Garibaldi é inspiradora e motiva em nossos espíritos o sentimento de grandeza e de vitória sobre as coisas adversas, eleva sobre nossas mentes uma bandeira de luta, por mais astutos que sejam os opositores.

Santa Catarina, esse estado que na federação brilha como um diamante, encarna no seu povo e no seu governo, governador Raimundo Colombo, as virtudes excelentes de Anita: ousadia e coragem, devoção e persistência, crença e fé no futuro que pode ser moldado pela suas mãos, no destino social e coletivo que pode ser estruturado com obstinação, como o ceramista paciente e criativo faz da argila uma peça ornamental de beleza extraordinária.

Governador Raimundo Colombo, deputado Gelson Merisio, que preside esta augusta Assembleia Legislativa, desembargador Cláudio Barreto Dutra, presidente do egrégio Tribunal de Justiça, senhoras, senhores, deputados, chego ao fim da minha fala com a emoção aflorada à pele, mesmo afeito a solenidades, confesso-me particularmente tocado por esta, a que compareceram tantas pessoas ilustres, tantos amigos dedicados e fiéis, que aceitaram deixar a comodidade de sua rotina, para virem aqui exaltar a amizade e o valor do companheirismo."

Por isso, peço licença para registrar, com ênfase, a presença do eminente ministro Francisco Cândido de Melo Falcão Neto e senhora que, ontem, foi sabatinado na comissão de Constituição e Justiça do Senado federal para o cargo de corregedor nacional de Justiça, e foi aprovado por unanimidade, fato raro a ocorrer naquele colegiado.

Também quero registrar a presença do ministro Humberto Eustáquio Soares Martins e seu Filho Eduardo; do ministro Napoleão Nunes Maia Filho; do ministro Luis Felipe Salomão e seu filho, também meu sobrinho; do ministro Raul Araújo Filho; do ministro Antônio Carlos Ferreira e senhora; do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva; do ministro Sebastião dos Alves Reis Júnior; do ministro Marcos Aurélio Bellizze Oliveira; do ministro Adilson Vieira Macabu, e dos ministros já referenciados Hélio Mosimann e Paulo Gallotti.

(Continua lendo.)

"Senhor governador, o Brasil todo já admira a sua obra executiva, e conhece que aqui em Santa Catarina se implanta um modelo moderno de gestão pública, uma concepção avançada de realizações voltadas para o bem geral, e que v.ixa. é o líder dessa geração de catarinenses da mais valorosa competência; agora, todos testemunhamos que, ao lado dessas grandezas e dessas realizações que os nossos olhos podem ver, aqui também se acham corações generosos, capazes de enxergar em meus modestos predicados qualidades seletivas que me alçam a uma altitude que nunca imaginei. Por isso, a todos sou imensamente grato."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido para fazer uso da palavra o excelentíssimo sr. João Raimundo Colombo, governador do estado de Santa Catarina.

O SR. GOVERNADOR JOÃO RAIMUNDO COLOMBO - Sr. ministro Francisco Cesar Asfor Rocha; sr. presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Gelson Merisio; sr. presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Cláudio Barreto Dutra; sr. presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Luiz César Medeiros; sr. ex-governador, Jorge Bornhausen; sr. ministro do Superior Tribunal de Justiça, nosso querido catarinense, dr. Jorge Mussi; sra. presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino; sr. presidente do Tribunal de Contas, conselheiro César Filomeno Fontes; sr. prefeito municipal de Florianópolis, Dário Elias Berger; sr. procurador-geral de Justiça, Liu Marcos Marin; sr. ministro do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Cândido de Melo Falcão Neto; sr. presidente da OAB de Santa Catarina, Paulo Roberto de Borba.

É um momento importante para nós ministro, porque temos o privilégio de poder destacar, promover méritos, um trabalho, uma dedicação que honra e orgulha todo o Brasil. Há um reconhecimento, não só no meio jurídico, mas em torno das lideranças de referência do seu trabalho, da sua história, do seu idealismo e nós hoje estamos aqui para cingir o sr. Cesar Alfor Rocha com a medalha do mérito Anita Garibaldi. A condecoração máxima com que o governo do estado e o povo de Santa Catarina distinguem homens e mulheres, a quem atribuem virtudes e feitos excepcionais.

Invocando Anita Garibaldi, que em nome da liberdade viveu, a um só tempo, com um grande amor e uma das belas aventuras da história, tornando-se heroína de dois mundos, os catarinenses demonstram os traços mais fortes do seu caráter.

Sr. ministro Cesar Asfor Rocha, a medalha de Anita Garibaldi que lhe entregamos é a insígnia que Santa Catarina utiliza para distinguir de forma indelével aqueles em que reconhece a sincronia com o seu pensamento e a harmonia com os seus valores.

Por isso lhe oferecemos a medalha, o mérito máximo dos catarinenses, como penhor do nosso reconhecimento por sua capacidade de distribuir justiça.

Quando falamos em números, são números recordes, foram mais de 140 mil

processos como relator, uma participação em mais de 700 mil processos. Eu vou pinçar um deles, pois para mim esse fato mostra exatamente quem o senhor é.

Em 1999, um caminhoneiro com o nome de Aparecido Ferreira Batista perdeu seus documentos e alguém que os achou fez uso indevido deles e ele foi acusado de roubo, de furto em Pernambuco, acabando sendo preso. Esse fato ocorreu próximo ao Natal e a nossa burocracia não tem nome, não tem rosto, não tem endereço, é uma inimiga, e ele ia passar o Natal continuando preso. E o senhor identificou que houve uma injustiça, enfrentou a burocracia, abriu mão do seu feriado e permitiu que aquele pai de família pudesse, em liberdade, comemorar o Natal também com a sua família como legitimamente todos querem.

(Palmas)

Anita Garibaldi também lutou para ser a voz de quem não tem voz, para ser oportunidade para quem não tem, para ser esperança para quem não acredita e que vale a pena, sim, lutar.

O que queremos dizer aqui, todos nós juntos, é que o Brasil precisa de boas referências como a do senhor e reconhecer, destacar, valorizar isso, é o papel das instituições, para que esses exemplos se aprofundem no coração e na alma de cada um, para que a gente fale aquela palavra bonita que o senhor usou aqui, que é civismo, patriotismo. Nós precisamos muito de eventos como o seu.

Destacar e ter a presença de todos os senhores hoje nesta Casa é uma forma muito

bonita de reconhecer os méritos, o seu trabalho, o seu idealismo, a sua dedicação e mostrar que é esse o caminho.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Prezadas autoridades já nominadas que compõem a nossa mesa; prezados desembargadores; prezados advogados aqui representados pelo sr. presidente, Paulo Borba Casella, e também pelo seu vice-presidente, Márcio Vicari; prezados colegas deputados; senhoras e senhores; ministros que nos honram com a sua presença e que enaltecem o estado de Santa Catarina, nós temos muito orgulho de recebê-los no dia de hoje como forma de homenagem também aos ministros catarinenses que hoje estão representados pelos ministros Jorge Mussi, Paulo Galotti e Hélio Mosimann.

Quero, de forma muito sincera e carinhosa, agradecer ao presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio Dutra, e em seu nome todos os demais desembargadores pela forma parceira, amiga com que esta Casa tem se relacionado com o Tribunal de Justiça, na pessoa do Tolin, com o Ministério Público, na pessoa do dr. Cesar, com o nosso Tribunal de Contas.

O grande patrimônio de Santa Catarina, governador Raimundo Colombo, é podermos construir um estado diferenciado pela harmonia com o seu povo, pela vontade de acertar, pelo carinho com que recebe o prefeito Dário Berger, aqueles que aqui nos visitam.

Sejam bem-vindos aqueles que aqui vieram e tenham a certeza de que o carinho com que os estamos recebendo é uma pequena forma, é um pequeno gesto de representarmos o quanto Santa Catarina está disposta a servir o Brasil e a contribuir com o nosso desenvolvimento.

Parabéns, ministro Asfor Rocha! Esta medalha que está recebendo é muito mais do que uma homenagem pessoal, é o reconhecimento de quem tem uma postura e uma vida pública que serve de parâmetro e de exemplo para toda uma geração que está sendo construída.

O Brasil, e agora em especial Santa Catarina, agradecem, cumprimentam e parabemizam v.exa. pelo trabalho. E sentimos um grande orgulho em sermos seus colegas, catarinense agora, e brasileiro como sempre.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira às 10h, conforme calendário especial, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA PRESIDÊNCIA DL

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 027-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Maurício Eskudlark, por um período de sessenta dias, a contar de 20 de junho do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 20 de junho de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 036-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Carlos José Stüpp, 9º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Maurício Eskudlark, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 20 de junho de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 037-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Nilso José Berlanda, 10º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 9º Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Maurício Eskudlark, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 20 de junho de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 290, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2338/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

**ADICIONAR** aos vencimentos da servidora **GICELA DE AGUIAR SANTANA**, matrícula nº 1988, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **79,17%** (setenta e nove vírgula dezessete por cento) pela execução de atividade insalubre de grau médio e **0,83%** (zero vírgula oitenta e três por cento) pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, totalizando **80%**, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

**Republicado por Incorreção**

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 354, de 20 de junho de 2012

Fixa o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e com amparo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno, assim como no art. 2º da Resolução nº 014, de 14 de dezembro de 2011,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo a que se refere art. 1º, *caput*, da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 014, de 14 de dezembro de 2011, é fixado em R\$ 412,00 (quatrocentos e doze reais), correspondente ao incremento de 5,025% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), conforme

assegurado pelo disposto no art. 2º da Resolução nº 014, de 14 de dezembro de 2011 e 1,86% (um vírgula oitenta e seis por cento), correspondentes ao período Nov/Dez/2011 e Jan a Abr/2012, com fundamento no art. 3º da Res. nº 014, de 2011, observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação deste Ato correrão à conta da dotação orçamentária da Assembleia Legislativa.

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 355, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 990/2012/PMAraranguá,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio celebrado entre a Assembleia Legislativa de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Araranguá, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,*

**COLOCAR À DISPOSIÇÃO** da Prefeitura Municipal de Araranguá, até 31 de dezembro de 2012, a servidora EVELIN GISELE PIRES, matrícula nº 1136, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 356, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**DISPENSAR** a servidora **ROZANE MARQUES ALVES**, matrícula nº 0703, da função de Chefe de Seção - Tramitação e Elaboração da Ordem do Dia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2012 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 357, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

**DESIGNAR** a servidora **ANDREA RIBEIRO BITTENCOURT**, matrícula nº 1915, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer da função de Chefe de Seção - Tramitação e Elaboração da Ordem do Dia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2012 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 358, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

**DESIGNAR** o servidor **DIÓGENES DOMINGOS GRIGOLO**, matrícula nº 1722, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2012 (DL/CC - Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do MERCOSUL).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 359, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

**DESIGNAR** a servidora **KATIA LOTTIN**, matrícula nº 1638, da função de Chefe da Seção - Farmácia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 360, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

**DESIGNAR** a servidora **ROSELIA FLORÊNCIO**, matrícula nº 1999, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2012 (DL - CC - Comissão de Defesa Civil).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 361, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0837/2010 e dos autos da Ação Declaratória nº 023.06.031994-4, da Capital, e da Apelação Cível nº 2008.019731-4,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 40, § 1º, da CF/88, c/c o art. 6ºA da da Emenda Constitucional nº 41/03, acrescido pela EC nº 70/12.*

**CONCEDER APOSENTADORIA** por invalidez permanente, ao servidor **LUIZ EDUARDO CAMINHA**, matrícula nº 0668, no cargo de **Analista Legislativo**, código PL/ALE-66, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 362, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1225/2012

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional 41, de 2003.*

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, a servidora **JOYCE MARIA RAMOS BASTOS**, matrícula nº 1159, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 363, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1116/2012

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, combinado com o art 7º da Emenda Constitucional 41, de 2003.

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, a servidora **JUPIRA DE OLIVEIRA NOBRE**, matrícula nº 1324, no cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-29, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 364, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1093/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, combinado com o art 7º da Emenda Constitucional 41, de 2003.

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, a servidora **MARIA DO ROCIO BARRETO DA SILVA**, matrícula nº 0323, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei, a contar de 1º de junho de 2012.

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, ao servidor **MARTIM AFONSO PALMA DE HARO**, matrícula nº 0783, no cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei, a contar de 1º de junho de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 365, de 20 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0420/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, combinado com o art 7º da Emenda Constitucional 41, de 2003.

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, a servidora **MARIA DO ROCIO BARRETO DA SILVA**, matrícula nº 0323, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei, a contar de 1º de junho de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e doze, sob a presidência do senhor Deputado José Milton Scheffer, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da primeira reunião ordinária da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, que contou com a presença do Senhor Deputado Dado Cherem, representando o Senhor Deputado Dóia Guglielmi; da Senhora Deputada Luciane Carminatti, representando o Senhor Deputado Dirceu Dresch e da Senhora Deputada Angela Albino. O Senhor Presidente leu as justificativas de ausência dos Senhores Deputados Edison Andriano e Ciro Rosa. Em seguida, o Senhor Presidente cumprimentou os presentes e colocou em votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Deputado Dado Cherem relatou o Projeto de Lei nº 105.9/12, de autoria do Deputado Serafim Venzon que "**Cria ação de valorização do artesanato em Santa Catarina**", que colocado em discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi relatado pela Deputada Angela Albino, o Projeto de Lei nº 253/11, de autoria do Deputado Aldo Schneider, que "**Obriga por parte das construtoras a instalação de hidrômetro de consumo global individual por unidade autônoma de água nas edificações prediais verticais**". Duas emendas foram apresentadas ao projeto. A primeira pelo Deputado José Nei Ascari, que define a obrigação da instalação a ser feita pelas construtoras; e a segunda, apresentada na Comissão de Economia pela Deputada Angela Albino, para que a norma também seja aplicada nas construções prediais horizontais, modalidade de condomínio, colocado em discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Após, a Deputada Angela Albino parabenizou o Presidente, Deputado José Milton Scheffer, pelo relatório de atividades da Comissão de Economia do ano de 2011, destacando as ações de todos os parlamentares de maneira imparcial e com qualidade. Em seguida, o Deputado José Milton Scheffer propôs que fosse analisada em reunião posterior a realização e o enfoque do **SUSTENTAR 2012**, a pedido do Deputado Dirceu Dresch, um dos coordenadores do evento, que estava ausente. Levou ao conhecimento o ofício da Uveres - "**União dos Vereadores da Região Serrana, que solicita uma audiência pública para discussão dos problemas de telefonia móvel naquela região**". O senhor Presidente sugeriu que os membros da Comissão analisassem esse pedido pela razão de já ter havido uma audiência discutindo esse mesmo assunto. Caso não seja solucionado, que seja feita uma nova audiência na serra catarinense, convidando as empresas da região. Antes de encerrar a reunião, o Deputado Dado Cherem convidou a todos para a Sessão Solene em homenagem ao SC Transplantes, a ser realizada às 19 horas, nesta data. Nada mais havendo a tratar,

agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu, Maria Natel Scheffer Lorenz, assessora da Comissão, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado **José Milton Scheffer**

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO (RETIFICAÇÃO)

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2012

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOTELARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ALESC.

**DATA:** 26/06/2012 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 26 de junho de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 20 de junho de 2012.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenadora de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIOS

#### OFÍCIO Nº 192/12

Ofício nº 20/12

Campo Alegre, 11 de junho de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, Campo Alegre - SC**, referente ao exercício de 2011.

ROZELI MARIA FÜCKNER

Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*



**OFÍCIO Nº 193/12**

CTA/FESAG 005/12 Florianópolis, 06 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Fundação ESAG, Florianópolis - SC**, referente ao exercício de 2011.

PROF. CARLOS PASSONI JUNIOR  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 194/12**

Ofício nº 24/12 Campo Belo do Sul, 15 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Campo Belo do Sul - SC**, referente ao exercício de 2011.

Margareth Branco  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 195/12**

Ofício nº 44/12 Monte Castelo, 30 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Monte Castelo - SC**, referente ao exercício de 2011.

Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 196/12**

Ofício nº 105/12 Florianópolis, 14 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Federação de automobilismo do Estado de Santa Catarina - FAUESC, Florianópolis - SC**, referente ao exercício de 2011.

ALMIR BATTISTI PETRIS  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 197/12**

Ofício nº 162/12 Lages, 08 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Sociedade Mãe Divina Providência - Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, Lages - SC**, referente ao exercício de 2011.

Rita Maria Kuster Boni  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 198/12**

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Federação Nacional das Apaes - FENAPAES**, referente ao exercício de 2011.

GILMAR LUIZ DE MARCHI  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 199/12**

Blumenau, 30 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Blumenauense de Artistas Plásticos - Bluap, Blumenau - SC**, referente ao exercício de 2011.

Everton C. Duarte  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 200/12**

Peritiba, 20 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Beneficente Hospitalar de Peritiba - São Camilo, Peritiba - SC**, referente ao exercício de 2011.

Tiago A. Cesco  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 201/12**

Ponte do Imaruim, 11 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação João Paulo II, Ponte Imaruim - SC**, referente ao exercício de 2011.

Gervásio Manoel de Souza  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 202/12**

Joinville, 15 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Lar Abdon Batista, Joinville - SC**, referente ao exercício de 2011.

Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 203/12**

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Câmara de Dirigentes Lojistas, Rio Negrinho - SC**, referente ao exercício de 2011.

Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 204/12**

Blumenau, 13 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Instituto Comunitárias de Crédito Blumenau - Solidariedade, Blumenau - SC**, referente ao exercício de 2011.

Edilson Wilvert  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 205/12**

Içara, 12 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Família para Assistência ao Indivíduo Carente - Solidariedade, Florianópolis - SC**, referente ao exercício de 2011.

Agenor dos Santos  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 206/12**

Ofício nº 063/2012 Jaguaruna SC, 18 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Conselho Comunitário de Jaguaruna**, de Jaguaruna, referente ao exercício de 2011.

Abgair da Silva Ricardo  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 20/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 207/12**

Blumenau, 19 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Pedagógica Euripedes Barsanulfo**, de Blumenau, referente ao exercício de 2011.

Soraia Edineth Francisco Lobe  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 20/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 208/12**

**OFÍCIO Nº 004/2012 Joinville, Maio de 2012**  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Moradores, Amigos, Migrantes e Comunitária do Loteamento Benito Humberto Zanatta II**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

IVO JOSÉ PINOT  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 20/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 209/12**

Joinville, 11 de junho de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Instituição Bethesda**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

Décio Krelling  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 20/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GABINETE DA DEPUTADA ANGELA ALBINO**  
**Ofício Nº 151/2012 Florianópolis, 15 de junho de 2012.**

**Exmo. Sr.**  
**DEPUTADO GELSON LUIZ MERISIO**  
**Presidente da ALESC**

**Nesta**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, comunico que foi constituído no âmbito desta Casa Legislativa a **Frente Parlamentar Pró SC - Copa 2014**, conforme Termo de Constituição e Adesão anexo.

Neste sentido, solicito o uso do Plenário Osni Régis para o **Ato de Lançamento** da referida Frente Parlamentar, que realizar-se-á no dia 22 do corrente mês, às 10h00, **com a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado do Esporte, Sr. Aldo Rebelo.**

Sem mais, reitero protestos de elevada estima e consideração Respeitosamente,

**DEPUTADA ANGELA ALBINO****Proponente da Frente Parlamentar Pró - SC Copa 2014**

Lido no Expediente  
Sessão de 20/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1081, de 20 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde à servidora **MONICA MACHADO MEYER**, matrícula nº 1892, por 30 (trinta) dias, a contar de 11 de junho de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1082, de 20 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1367/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento da servidora **ROSE MARI BARGEN**, matrícula nº 2661, quota(s) de Adicional por Tempo de Serviço, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 21% (vinte e um por cento), a contar de 16 de junho de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1083, de 20 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1330	Márcia Helena Pereira	03/06/07	02/06/12	1333/2012
1238	Itamar José Eftting	03/06/07	02/06/12	1334/2012

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1084, de 20 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo

discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1303	RITA DE CASSIA SILVA DA LUZ	02/06/07	01/06/12	1310/2012
1256	ALEXANDRE LUIS SOARES	02/06/07	01/06/12	1311/2012
1243	EDSON LUIZ DA SILVA AMORIM	03/06/07	02/06/12	1319/2012
1249	TANIA MARIA HILSENDEGER DA SILVA	03/06/07	02/06/12	1335/2012
1245	ZELIA CECILIA DUARTE HOFFMANN	03/06/07	02/06/12	1336/2012
1255	MARIA GERALDINA DA SILVA SOUZA	03/06/07	02/06/12	1338/2012

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI N. 222/12**

Altera a Lei nº 15.339, de 1º de dezembro de 2010, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Luís Alves, do Município de Luís Alves.

Art. 1º A Ementa e o art. 1º da Lei nº 15.339, de 1º de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Esportiva e Cultural Luís Alves.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva e Cultural Luís Alves, com sede no município de Luís Alves.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente  
Sessão de 20/06/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 15.339, de 01 de dezembro de 2010, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI N. 223/12**

Altera a Lei nº 14.810, de 27 de julho de 2009, que declara de utilidade pública a Associação Edson Filho (Centro de Educação Especial - Vida e Arte), com sede no Município de Tubarão.

Art. 1º A Lei nº 14.810, de 27 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Vida e Arte, de Tubarão.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Vida e Arte, com sede no município de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para

o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 20/06/12

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 14.810, de 27 de julho de 2009, em razão da mudança da sede da entidade, demonstrada nos documentos anexos.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 224/12

Dispõe sobre a regulamentação da seguridade às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam asseguradas às mães presas e os recém-nascidos nas unidades penitenciárias do Estado de Santa Catarina, condições mínimas de assistência.

Parágrafo 1º: Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

Parágrafo 2º: A assistência à saúde da presa e da internada de caráter preventivo e curativo compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

Parágrafo 3º: Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

Art. 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.

Art. 3º A penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

Parágrafo único: São requisitos básicos da seção e da creche referidas neste artigo:

I - atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional e em unidades autônomas; e

II - horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à sua responsável.

Art. 4º Para o cumprimento do que dispõe esta Lei, deverão ser observadas as normas de finanças públicas aplicáveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 20/06/12

#### JUSTIFICAÇÃO

O número de mulheres encarceradas está em constante crescimento. Entretanto, as ações referentes às prisões femininas continuam escassas, principalmente quando diz respeito a presas que permanecem com seus filhos nos alojamentos carcerários, geralmente, por até 06 meses, período essencial para amamentação e desenvolvimento do vínculo materno.

As condições de vida desse grupo são marcadas por violações de direitos, sejam individuais ou coletivos. A superlotação, a falta de assistência médica e jurídica e a extrema pobreza que caracteriza a maioria dessa população fazem com que este seja um grupo totalmente excluído.

A condição da privação de liberdade feminina é agravada pelas desigualdades de gênero que caracterizam a sociedade brasileira. O perfil dessas mulheres segundo o Ministério da Justiça aponta que elas são, em sua maioria, jovens, negras e pobres. Sua inserção no mundo do crime é subalterna. A maioria é condenada por envolvimento no tráfico de drogas em função de relações afetivas ou familiares e, quando presas, enfrentam a situação do abandono dos companheiros e terminam por assumir a responsabilidade pelo seu próprio sustento e também de seus familiares, sobretudo os filhos.

A situação de exclusão da mulher presa é agravada não só por seu perfil biográfico social como também pelo tratamento que o aparelho governamental e jurídico penal lhe confere, acentuando sua discriminação no que tange aos direitos apontados na Lei de Execuções Penais.

Diversas legislações brasileiras asseguram a mãe encarcerada o direito de permanecer com seu filho. A Constituição Federal menciona que será assegurada à mulher presa condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Com o advento da Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009, que deu nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei 7.210/84, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, as mães presas passaram a ter o direito de permanecer com os filhos recém-nascidos em locais com condições mínimas de assistência, para cuidar e amamentar os filhos, no mínimo, até os seis meses de vida.

Além disso, as prisões femininas devem propiciar locais especiais, tais como: seções para gestantes ou parturientes e creche para as crianças de seis meses até sete anos (caso esta esteja desamparada). Ressalta-se ainda, que tais locais tem como finalidade primordial a criança desamparada cuja responsável (mãe) estiver presa.

Segundo John Bowlby, do Instituto de Psicologia da PUC de São Paulo, a importância do vínculo entre mãe e bebê na fase inicial da vida é um dos principais motivos pelos quais a permanência da criança na penitenciária é de fundamental importância para o início de seu crescimento. A criança não tem mínimas condições de sobrevivência caso não seja cuidada. Ela precisa da proteção, do amor e do calor da mãe. É essencial para a saúde mental do recém-nascido e da criança de pouca idade, o calor, a intimidade e a relação constante com a mãe.

Ainda Bowlby, a angústia da privação do vínculo materno pode atingir de maneira importante a formação da saúde mental da criança, podendo comprometer a afetividade e os posteriores relacionamentos desta. A consequência dessa privação pode desencadear comportamentos agressivos e delinquentes. A comunhão entre mãe e filho durante os primeiros anos de vida, bem como as relações com pai e irmãos, é pensada entre especialistas e pesquisadores em psiquiatria infantil como a origem do desenvolvimento do caráter e da saúde mental da criança.

Conforme dados do Ministério da Justiça, em 2008, 1,24% das mulheres brasileiras presas encontravam-se grávidas, bem como, 1,04% das presas possuíam filhos em sua companhia e 0,91% de mulheres encarceradas estavam em período de amamentação. O tempo de permanência com a mãe na prisão variava entre 4 meses a 7 anos de idade. A maior parte das prisões, representada por 58,09% autoriza a permanência de crianças até os 6 meses de vida, 12,9% até 4 meses de idade e 9,7% enquanto amamentar e 6,5% até dois anos de idade.

Com relação aos estabelecimentos com berçários, foi constatado que apenas 19,61% das prisões femininas possuem berçários ou estruturas separadas das galerias prisionais. As mães passam, em 81,25% dos casos, o período integral com os filhos. Em 12,5% dos casos as mães permanecem no local durante o dia e retornam para as celas durante a noite em companhia de seu filho. Enquanto que 6,23% das presas permanecem no local durante o dia e retornam para as celas sem a companhia da criança.

A respeito de estabelecimentos com creches, apenas 16,13% das prisões possuem. Outro dado importante, é que 51,61% das prisões têm locais improvisados para atendimento às crianças, em sua maioria, os espaços estão restritos à própria cela.

A socióloga Julita Lemgruber, destaca em seu livro “Análise sociológica de uma prisão de mulheres”, que impedir o convívio da mãe com seu novo bebê é mais uma das várias privações que a detenção ocasiona para a mulher. Essa proibição é dolorosa e difícil de suportar, pois interfere no convívio com familiares e filhos. Ter a chance de ficar próxima ao bebê na cela pode dar às mães motivação para um melhor cumprimento da pena.

Sendo assim, a creche possibilita a permanência do filho próximo à mãe, o que se torna um estímulo positivo à medida que possibilita a mulher desenvolver seu papel de mãe, diminuindo assim sua ansiedade, aumentando a condição de superar as dificuldades encontradas no dia a dia penal.

Segundo informações obtidas por telefone junto ao DEAP - Departamento de Administração Prisional - com o Senhor Everton Luiz de Oliveira Cardoso - Gerente de Execução Penal - bem como através do site [www.deap.sc.gov.br](http://www.deap.sc.gov.br), o Estado de Santa Catarina possui 47 Unidades Prisionais (o estabelecimento prisional de Balneário Camboriú foi recentemente fechado por decisão judicial, em razão das más condições e superlotação, existindo inclusive paredes quebradas entre as alas masculinas e femininas, fato que contribuía para a promiscuidade no interior da unidade), sendo 45 masculinas e 02 femininas.

As únicas unidades exclusivamente femininas estão instaladas nas cidades de Florianópolis e Tubarão.

O Presídio Feminino de Florianópolis dispõe de 66 vagas nominais. Na data da consulta, estavam recolhidas 119 mulheres. Existe no local um espaço “improvisado” como berçário, onde duas crianças permanecem com suas mães. Não existe espaço destinado à creche.

O Presídio de Tubarão dispõe de 60 vagas nominais, mantendo atualmente recolhidas 96 mulheres. Não existe espaço

destinado a berçário e creche, logo, no momento da prisão, se por ventura a mulher possuir filhos, estes ficam com familiares ou, conforme decisão judicial serão encaminhados para abrigos.

Caso no momento da prisão a mulher esteja em período de gestação, esta será recebida no presídio e, posteriormente, ocorrerá sua transferência para o presídio Feminino de Florianópolis, ou seja, pela falta de local adequado ao seu recolhimento, sua família também será penalizada, pois, em inúmeros casos, a dificuldade financeira para o deslocamento cerceará pais, filhos e esposo da visitação, ocasionado assim, o rompimento do vínculo familiar, fator primordial na recuperação do agente infrator.

Assim define o art. 40 da LEP:

*"Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios".*

Nos estabelecimentos prisionais do Estado de Santa Catarina, a prática tem sido comum, eis que, em razão da falta de presídios ou penitenciárias femininas, muitos são os "puxadinhos" ou "adaptações" efetuadas pelos gestores prisionais como forma de manter recolhidas as mulheres próximas de seus familiares, podendo citar como exemplo as unidades de Xanxerê, Jaraguá do Sul, Tijucas, Chapecó, Joaçaba, Presídio de Itajaí, Araranguá, Criciúma, Mafra, Porto União, etc.

Faz-se imprescindível, enaltecer o excelente trabalho desenvolvido pelos servidores do quadro efetivo do Sistema Prisional catarinense, eis que, mesmo diante das inúmeras adversidades geradas pela falta de condições básicas e salutaras ao cumprimento do dever legal, ainda assim, buscam alternativas que visem minimizar as dificuldades geradas pela carência de estabelecimentos prisionais femininos adequados ao efetivo cumprimento da LEP.

Não existem locais que propiciem o cumprimento progressivo da pena, ou seja, regime fechado, semiaberto e aberto. Independente da condição da mulher reclusa estar recolhida em caráter provisório ou já condenada, todas permanecem juntas. Além de todas essas adversidades que dificultam a ressocialização, privar a mãe do filho nos seus primeiros meses de vida seria dificultar ainda mais a reintegração da mulher a sociedade.

Os Arts. 82, parágrafo 1º, 87, 88, 89 e 91 da Lei 7.210/84, assim estabelecem:

***"A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal".*** (Redação dada pela Lei nº 9.460, de 1997). **grifo nosso**

***"A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado".*** **grifo nosso**

***"A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto".*** **grifo nosso**

***"A Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana".*** **grifo nosso**

***"O condenado será alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório".***

Existem atualmente 10.607 vagas no Sistema Prisional.

Não foi informado o número de vagas existentes para mulheres, ou seja, diante das "adaptações" feitas nos estabelecimentos prisionais masculinos para que sejam recolhidas as mulheres infratoras, não é possível informar corretamente estes números, uma vez que, ajeita-se um "cantinho" e ali são "amontoadas" para o cumprimento da pena.

Foi informado que existem 16.300 presos recolhidos nas prisões do Estado, assim divididos:

15.400 são homens e 900 são mulheres.

Ora, se oficialmente são 126 vagas existentes no Estado (soma das vagas dos presídios de Florianópolis e Tubarão), onde permanecem recolhidas e "amontoadas" 215 mulheres, como, em que locais, e quais as condições que "sobrevivem" as outras 685 mulheres?

Convém ressaltar que, a Constituição Estadual admite a tramitação da presente matéria, em seu artigo 10º:

**Art. 10º. Compete ao Estado legislar, concorrentemente com a União, sobre:**

**I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;**

Cumpra salientar que o exame da adequação e compatibilidade financeira e orçamentária não fere o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Portanto, não há vício de iniciativa na presente norma, vez que não diz respeito ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias ou à Lei Orçamentária Anual.

Mesmo que não fosse este o caso, não é demais observar que o próprio Tribunal de Justiça de Santa Catarina reconheceu que o Poder Legislativo pode sim, excepcionalmente, criar normas que aumentem despesas no exercício de iniciativa legislativa concorrente, conforme decisão proferida na ADIN nº 2010.028339-9, onde declarou:

*Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal. Obrigatoriedade de uso de adesivo com brasão municipal em todos os veículos da Administração Pública. Objeto voltado ao cumprimento do art. 37 da Constituição Federal, que estabelece os princípios da Administração Pública, entre eles a moralidade e a eficiência. Medida de transparência Pública. Constitucionalidade formal. Aumento de despesas. Inocorrência e irrelevância. Violação à Separação dos Poderes. Não ocorrência. Possibilidade de iniciativa concorrente. Improcedência da demanda reconhecida. A independência dos Poderes não é absoluta a ponto de engessar o governo; daí a harmonia estabelecida no art. 2.º, da CF. Decidiu o Supremo Tribunal Federal na ADI-MC n. 2.072/RS, que o Poder Legislativo pode editar leis que criem despesas, pois, caso contrário, não poderá ele legislar sobre a maioria das matérias.*

*Regras restritivas dos Poderes devem ser interpretadas também restritivamente. O art. 63 da Constituição Federal veda o aumento de despesas apenas em projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, permitindo-o, porém, nos projetos de iniciativa concorrente.*

*Não viola a razoabilidade a lei que, buscando viabilizar a fiscalização do uso de veículos públicos, mediante o uso de adesivo com o brasão do Município. Precedentes da Corte.*

Precisamos URGENTEMENTE buscar a solução definitiva para esta grave situação encontrada dentro dos estabelecimentos prisionais de Santa Catarina, garantindo às mulheres presas as condições mínimas de dignidade e tratamento humanizado.

Finalmente, cumpre destacar que a iniciativa satisfaz as exigências relativas à conveniência, à necessidade, à oportunidade e o interesse público.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas Deputados para a aprovação desta propositura.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 225/12

Institui o Dia do Produtor de Leite no calendário oficial do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia do Produtor de Leite no calendário de eventos oficiais do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Daniel Tozzo

Lido no Expediente  
Sessão de 20/06/12

#### JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei visa instituir o Dia do Produtor de Leite no Estado de Santa Catarina a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de outubro.

Nos últimos oito anos a produção de leite em Santa Catarina dobrou, subindo de um bilhão de litros em 2002, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para 2,18 bilhões de litros em 2010, segundo estimativa do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri. Entre 2002 e 2010, Santa Catarina foi o Estado que mais cresceu entre os oito maiores produtores de leite, conforme o IBGE.

Enquanto a produção brasileira aumentou em 32%, em Santa Catarina o crescimento foi de 86%. Em 2007, Santa Catarina se tornou o quinto maior produtor do país, com 1,87 bilhão de litros contra 1,62 bilhão de São Paulo. É um feito considerável para um Estado que tem apenas 1,12% do território nacional.

A importância dessa atividade para as famílias de agricultores se manifesta no campo financeiro, visto ser uma fonte de renda mensal, que contribui fortemente para o equilíbrio do "caixa" da propriedade. No campo produtivo, a peculiaridade dos sistemas tecnológicos, adotados pela ampla maioria dos produtores, permite sua perfeita adequação aos diferentes fatores de produção e à lógica de organização e gestão da unidade de produção familiar. No campo social, com potencial para se estabelecer na quase totalidade das propriedades rurais, pode assegurar a criação de inúmeros postos de trabalho e gerar renda capaz de minimizar os efeitos da crise provocada pela seleção de atividades tradicionais.

Estima-se que mais de 70 mil unidades familiares comercializam leite e a atividade representa uma importante fonte de renda para os agricultores e para a economia regional. Contudo, o potencial que esta atividade tem para gerar trabalho e renda no espaço rural encontra-se atualmente fortemente ameaçado pelo iminente processo de concentração e exclusão dos agricultores da atividade.

Face a importância dos Produtores de Leite para nosso Estado espero contar com o apoio dos nobres colegas para aprovação da presente proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*